

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS.

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 34 — DE 12 A 25 DE JANEIRO DE 1990

NCz\$ 8,00

1990

Comício do Pacaembu (SP). Paulo Torraca / Foton



A luta continua com Oposição Popular

Na pág 5 nota da Executiva Nacional do PCdoB analisando as eleições 1989 e apontando o rumo da ação oposicionista das forças democráticas.

Leste Europeu

A queda do tirano revisionista Nicolau Ceausescu e dos governos burocráticos do Leste Europeu é fruto do abandono do caminho socialista e do engajamento na engrenagem do sistema imperialista. Pags. 18 e 19.



Oswald de Andrade

Na página 24 Prosa & Verso publica o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, homenageando o centenário de nascimento de um dos iniciadores do movimento modernista — Oswald de Andrade.

OSWALD



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
1890 / 1990
CENTENÁRIO

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável:

João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins.

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Fotografia: Agência Fóton

Centro de Documentação: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Cláudia de Medeiros e Dalva Silva

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP.

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

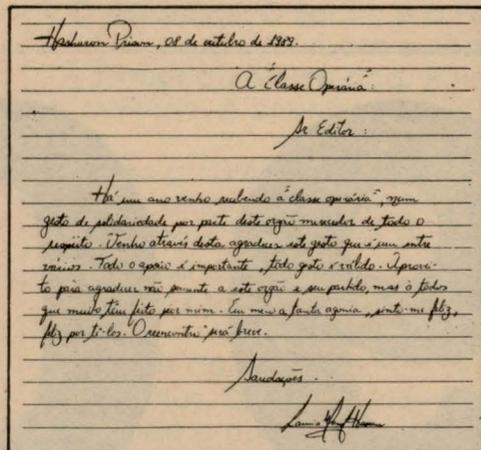
Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — R. Almeida Barreto, 273, tel. (083) 222-4413, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — R. Mal. Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1.608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO LORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antonio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Da prisão em Israel, a brasileira Lâmia escreve à Classe



Hasharon Prison, 08 de outubro de 1989
À "Classe Operária":

Sr. Editor:

Há um ano venho recebendo a "Classe Operária", num gesto de solidariedade por parte deste órgão merecedor de todo o respeito. Venho através desta agradecer este gesto que é um entre vários. Todo o apoio é importante, todo gesto é válido. Aproveito para agradecer não somente a este órgão e seu partido, mas a todos que muito têm feito por mim. Em meio a tanta agonia, sinto-me feliz, feliz por tê-los. O reencontro será breve. Saudações.
Lâmia Maruf Hasan

Sindicato denuncia delegado de Bonfinópolis

Na qualidade de secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonfinópolis de Minas, quero denunciar a este jornal as atitudes violentas e arbitrarias tomadas pelo delegado de polícia do município, Dr. Sebastião da Cunha Braga, contra a presidente de nossa entidade, Maria Antonia Costa Nogueira, de 22 anos.

No último dia 22 de dezembro, Maria Antonia foi desacatada e ameaçada de agressão pelo elemento acima citado, quando procurava encaminhar a ele denúncia que lhe competia apurar e dirimir. Ela dirigiu-se à Delegacia acompanhada do trabalhador rural João Vieira dos An-

jos, que desejava apresentar queixa contra a empresa Laticínios Bonfinópolis de Minas, cujo gerente havia sido igualmente intimado a comparecer à repartição.

Ao entrar na sala do delegado Sebastião da Cunha Braga, contudo, foi desacatada pela "autoridade", que além de armar histórica gritaria contra ela passou a dar murros na mesa, numa demonstração evidente de descontrole emocional incompatível com suas funções e responsabilidades. O mais grave, porém, é que o delegado Cunha Braga apanhou em seguida um taco de snooker que estranhamente repousava em um canto da sala e investiu em direção de Maria Antonia, ameaçando golpeá-la com o objeto e só desistindo de tal propósito quando se encontrava a dois palmos de sua pessoa.

O sindicato repudia tal comportamento, que considera abuso de poder e violência. Isso não pode continuar acontecendo. Um delegado de polícia que toma tais atitudes é uma ameaça à sociedade e em especial às mulheres.

Exigimos providências por parte das autoridades competentes, às quais o delegado Cunha Braga está subordinado. Que sejam enviadas cartas de protesto ao delegado, endereçadas à Delegacia de Bonfinópolis — MG. Também, cartas exigindo providências ao Comando da Polícia Militar em João Pinheiro — MG. (Octacílio Cândido Pereira, Bonfinópolis — MG.)

Uma assinatura do jornal para um eleitor de Collor

Através desta estou enviando cupom juntamente com cheque nominal a esta editora, presenteando com uma assinatura da Classe um colega de trabalho, um operário que nesta eleição se deixou mais uma vez ludibriar pelos exploradores do povo brasileiro. Assim como muitos outros, meu colega ainda não conseguiu entender que são exatamente os "doutores" que sempre governaram este país os responsáveis pelo desastre a que chegamos. Ele também não percebeu que tínhamos, pela primeira vez em 30 anos, a oportunidade de mudar a cara do Brasil. Como tantos, sentiu medo de ser feliz, e atirou esta esperança pela janela.

Mas... como a esperança é a última que morre, acredito que outra chance virá, e Oxalá permita que estejam mais atentos e conscientizados para que não se deixem emboscar.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o jornal A Classe Operária e gostaria que o mesmo fosse mais divulgado. De minha parte estou batalhando para que isso aconteça com grande urgência, pois a batalha está em curso e temos muito trabalho pela frente.

Começar de novo. PT saudações. (Cátia Pereira de Oliveira, militante petista no Rio de Janeiro, RJ)

Sindicalismo "de resultados" demite na Mafersa

Os trabalhadores da Mafersa, empresa de grande porte no setor de transporte, conquistaram grande vitória ao conseguirem a suspensão do leilão que privatizaria a empresa, transação esta vista pelos trabalhadores como um golpe na economia nacional pois tratava-se de entregar uma empresa com tecnologia genuinamente brasileira a capitalistas privados que teriam uma empresa sandada e lucrativa.

Realizam as eleições e já vem a política de revanchismo do presidente eleito Collor de Mello, que através de seu cabo eleitoral, o sindicalista e arqui-pelego Luiz Antonio de Medeiros, pediu à direção da Mafersa, no último dia 22/12, a cabeça de vários companheiros da empresa —, entre eles membros da Cipa. A ação foi praticada através de "delegados" biônicos, que subiram à sala da presidência da Mafersa, junto com um assessor do sindicato, o ex-operário chamado Eduardo. O fato se confirmou na atitude afrontosa de um dos "delegados", que batia no peito e dizia "entreguei mesmo, estes caras são oposição" ou de outro que ao ser interrogado pela comissão dos trabalhadores disse: "não fui eu, foi o Eduardo", caracterizando assim o papel nefasto adotado pelo "sindicalismo de resultados". Aproveito para mandar um recado aos sindicalistas da Articulação ligados à CUT: Vejam quem é este tal de Medeiros, e vamos juntos lutar por uma chapa única de oposição.

Um operário metalúrgico do bairro da Lapa, S. Paulo, SP

Falecimento de Paulo consterna comunistas em todo o Brasil

No momento em que fechávamos esta edição, recebemos a triste notícia do falecimento, em 11 de janeiro, do camarada Paulo de Souza Machado, membro da direção regional do PCdoB no Rio de Janeiro. Reproduzimos abaixo o telegrama enviado pela direção nacional do PCdoB à camarada Márcia Araújo, sua companheira.

"Márcia Araújo.

"Profundamente consternados com a notícia do falecimento do nosso querido companheiro Paulo, enviamos a você e aos seus familiares sentidos pésames em meu nome pessoal e no da direção nacional do PCdoB. Paulinho será sempre lembrado por todos nós como exemplo de militante revolucionário abnegado, digno da grande causa do socialismo científico."

João Amazonas

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 48,00

Assinatura semestral: NCz\$ 96,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

A Classe Operária comunica e lamenta a morte, no dia 31 de dezembro, de Ubiratan da Conceição Pessoa, o Bira, militante comunista, ativista do movimento negro e assessor do operário Edson Santos (PCdoB — Rio de Janeiro). Bira faleceu vítima de afogamento.



EDITORIAL

O ano da oposição popular

Em sua primeira edição do ano *A Classe Operária* tem múltiplas razões para saudar seus leitores e todo o povo brasileiro. A nação acaba de viver experiência inigualável em sua conturbada história e dela — é preciso dizer com ênfase — seu principal protagonista, o Povo, não sai com sentimento de derrota ou frustração.

A grandeza da força acumulada durante a memorável campanha da Frente Brasil Popular se expressou não só na retumbante vitória de Lula no primeiro turno, nos 31 milhões de votos recebidos no segundo, nos alegres e combativos comícios, mas sobretudo na certeza inculcada nos corações e mentes do Brasil pensante e laborioso de que a partir de agora o País está mudado em sua fisionomia política, malgrado a vitória do candidato das elites. Dividido irremediavelmente entre dois blocos antagônicos — o da oposição popular, força emergente da vida nacional — e a direita retrógrada, que mais uma vez pelo engodo e mistificação consegue pontificar à frente do poder, o Brasil está diante de novos enfrentamentos políticos, nos quais o povo organizado desempenha novo papel.

Os objetivos pelos quais se bateu a Frente Brasil Popular não eram imediatistas. Tinham e têm a ver com o combate pela realização de grandes objetivos nacionais. Ainda que tenha ganho a eleição, o candidato das forças direitistas e retrógradas da sociedade não poderá impor a seu talante planos que afundam ainda mais o Brasil na crise. As forças vivas da nação, seu pólo progressista, protagonizado pelos setores conscientes do movimento democrático e popular, não lhe darão trégua, estarão vigilantes e em prontidão.

O povo brasileiro tem diante de si novos desafios no ano que se inicia. Lutará para que não ganhe corpo nem forma prática o plano macabro de promover recessão e a entrega do patrimônio nacional, com as inevitáveis conseqüências do desemprego, aumento da dependência, da fome e da degradação ainda maior da vida nacional.

A eleição de um presidente de direita não pressagia nada de bom para o Brasil. Sua nabesca vilegiatura em ilhas africanas, Roma e Paris, assim como a viagem que anuncia aos grandes centros do poder mundial para os próximos dias, além de desnudar seu caráter burguês, indica também, simbolicamente, o rumo antipopular e antinacional do novo governo. É uma razão adicional a justificar uma política oposicionista.

O ano que se inicia tem importância particular para as forças democráticas e populares porque em outubro próximo estarão se realizando eleições para a renovação da Câmara dos Deputados, de um terço do Senado e da totalidade dos governos estaduais.

A vitória eleitoral nas eleições de 90 poderá representar um contraponto à tentativa do governo Collor de levar o país abismo abaixo. Por isso a eleição de 90, cuja campanha se inicia desde já, assume marcante caráter democrático e patriótico.

Os governos estaduais, embora numa conjuntura de crise econômica e financeira, poderão jogar papel importante na luta contra medidas impopulares do governo federal. E o Congresso, se contar com uma maioria progressista, será chamado não só a vigiar as medidas do Executivo, como a tomar iniciativas legislativas que consultem os interesses maiores da população. Nesse contexto, vale ressaltar que ainda estão por ser elaboradas as Leis Complementares à Constituição e que esta confere ao Congresso Nacional poderes ampliados. Isto indica que é maior a importância que o Congresso adquire na vida política nacional, o que reforça a diretriz para os movimentos populares e democráticos de se esforçarem para garantir ali expressiva maioria.

O Brasil-90 não é o mesmo da ditadura militar nem da finada "Nova República". Não é tampouco o Brasil da gang de Collor, um país de simulacros e fantasias. O Brasil que emerge da campanha sucessória é o da luta pela democracia e a independência, bandeiras que continuam nas mãos firmes da oposição popular emergente.

Novos desafios

Olival Freire Jr.*

O novo ano revela-se prenhe de desafios para os comunistas e para as forças progressistas de São Paulo. Ao lado de um exame mais aprofundado do resultado eleitoral adverso, novas batalhas já estão em curso.

Inflação de 60% ao mês já significa hiperinflação para as camadas de menor salário. As soluções prenunciadas pelo novo governo para o combate à inflação implicam a recessão com sua conseqüência mais trágica para os assalariados: o desemprego. Implicam também a privatização das estatais, como a Maferasa, indispensáveis a um desenvolvimento econômico independente. É a velha política de combate à inflação às custas dos trabalhadores. A luta em defesa do salário e contra a política econômica recessiva e entreguista em preparação é tarefa de primeiro plano. Em São Paulo estas lutas precisam ser travadas em meio a intensa atividade sindical onde se destaca a eleição para o maior sindicato do país, a dos metalúrgicos de São Paulo, a realizar-se até em maio.

No plano especificamente político a renovação do Congresso Nacional e dos governos e das Assembléias estaduais terá neste Estado um plano privilegiado. Aqui o continuísmo quercista e a

direita malufista namoram o apoio de Collor na tentativa de assegurar um resultado conservador nas eleições vindouras. Unir a esquerda e as forças progressistas numa ampla frente capaz de bater os conservadores e eleger uma representativa bancada comunista são grandes desafios.

Examinar a fundo o resultado eleitoral passado continua em pauta. Chama a atenção que a manipulação dos meios de comunicação, acentuada nos últimos dias da campanha, causou aqui maiores danos. Também os fatores que nos levaram em São Paulo ao 4.º lugar no primeiro turno, grosso modo, persistiram no segundo. O apoio dos tucanos não implicou numa extensiva transferência de votos e o candidato do sr. Roberto Marinho contou com a ajuda de última hora do quercismo. São indicações iniciais que precisam passar pelo crivo de um amplo e profundo debate político até porque pela magnitude da batalha travada os ensinamentos são da maior relevância.

Tais desafios só nos estimulam. O Partido Comunista do Brasil cresce e se desenvolve no enfrentamento das batalhas e não à margem delas.

* Membro da direção nacional do PC do B e presidente do diretório regional de SP

Alternativa ao velho poder

* Luis Carlos Paes

Sob o impacto da vitória de Collor com 50,07% dos votos válidos contra 40,94% dados a Lula no Ceará, aceleram-se os movimentos relativos à sucessão estadual e às eleições proporcionais de 3 de outubro. As forças mais conservadoras, abrigadas no PFL e no falido PDS, que estavam em baixa desde a derrota de 86 tomam fôlego e se mobilizam com desenvoltura, realizando encontros regionais no interior onde Collor garantiu a sua vitória. O grupo do governador Tasso Jereissati, que apoiou Covas no primeiro turno, dando-lhe menos da metade dos votos prometidos e ficou com Collor no segundo, apesar da declarada neutralidade de Tasso, menos arrogante muda-se para o PSDB e acena com a possibilidade de uma união com o PMDB de Paes de Andrade e o PDT de Lúcio Alcântara, para impedir o retorno dos coronéis ao Palácio do Governo. Paes, por seu turno há muito vem se preparando para realizar o seu sonho de governar o Estado, Ulysses, seu candidato, no entanto, só conseguiu míseros 3,04% do eleitorado cearense e o PMDB vive um processo de esvaziamento. Lúcio, ex-PDS e PFL deu um passo à frente quando se filiou ao PDT. O ex-prefeito de Fortaleza e deputado federal mais votado de 86 sentiu-se fortalecido com a grande vitória de Brizola em Fortaleza e um segundo lugar em to-

do o Estado. Os dois, Paes e Lúcio, unidos poderiam constituir-se numa alternativa do centro-esquerda para impedir o retorno dos coronéis da direita e o continuísmo da oligarquia empresarial de centro-direita que se apossou do poder da sucessão passada. E a esquerda, como é que fica? A sucessão presidencial mostrou o seu crescimento, embora em nível menor do que se esperava. No primeiro turno, ainda sob o efeito da má administração de Maria Luiza em Fortaleza, uma parcela considerável do eleitorado de esquerda votou em Brizola. Já no segundo turno, a candidatura de Lula empolgou Fortaleza, a Região Metropolitana e um grande número dos municípios do interior. A boa vitória na capital e em 13 dos 177 municípios do interior demonstraram o avanço do eleitorado urbano e a receptividade ao programa da FBP. A partir daí pode-se concluir da necessidade premente da unidade política e orgânica das forças progressistas e de esquerda com o objetivo de eleger um grande número de deputados federais e estaduais e apresentar uma candidatura avançada e coerente ao governo do Estado que seja a alternativa para os 1.119.521 cearenses que votaram em Lula e querem a revanche, que não aceitam mais coronéis, grupos empresariais e políticos a modo antigo governando o seu Estado.

* dirigente regional do PCdoB no Ceará

Novidade no Rio Grande do Sul

O ano de 1990, último da atual legislatura, começa no Estado do Rio Grande do Sul com uma novidade. A líder feminista e popular Jussara Cony, do PCdoB, assumiu o posto de deputada estadual em virtude da abertura de uma vaga na Assembléia Legislativa. Jussara foi vereadora em Porto Alegre no período de 1982 a 1988, candidata a deputada estadual em 1986, quando ficou na suplência, e em novembro de 1988 foi a candidata a vereadora mais votada em todo o Estado, não tendo sido eleita por distorções na legislação eleitoral.

A posse da deputada do PC do B, Jussara Cony, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, foi uma festa da democracia e do movimento popular. Ela assumiu uma cadeira no dia 20 de dezembro, em sessão da Comissão Representativa, saudada pelo presidente Glênio Scherer, depois de 42 anos sem representação dos comunistas naquela casa. No dia seguinte, dezenas de lideranças participaram de um ato político no Plenarinho da Assembléia confirmando que a "conquista da bancada comunista é fruto da luta do povo por democracia e soberania nacional".

Jussara comentou durante o ato que tinha cinco anos de idade quando o arbítrio retirou da Assembléia o mandato do Partido Comunista. "Mas agora o movimento popular retoma esse mandato, mesmo num parlamento montado para atender aos interesses das elites. Temos, no entanto, determinação e garra para fazer repercutir os anseios e as lutas do povo", afirmou ela.

A deputada disse que a luta pela construção do socialismo abrange a luta por igualdade e emancipação da mulher. O movimento de mulheres tem, então, uma companheira mulher e uma companheira comunista no Legislativo Estadual.

O presidente regional do PC do B, Edson Silva, destacou que o posto conquistado na Assembléia Legislativa é "mais uma trincheira para a luta que os progressistas têm nesta casa". Segundo ele, "vivemos um momento político em que desperta a consciência popular". Edson ainda classificou Jussara como "intérprete do esforço para conquistar os objetivos pelos

quais o povo lutou na campanha da Frente Brasil Popular".

A oposição séria, conseqüente e ao lado do povo, nas palavras do prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, é a contribuição que Cony dará aos demais parlamentares que "sempre lutaram contra a didatura". Depois, Alicia Peres, coordenadora do Movimento Nacional de Mulheres do PDT, disse que "Jussara é digna representante da luta das mulheres". Destacou a importância da unidade da esquerda e da organização popular para fazer frente ao poder econômico.

O representante da executiva estadual do PSB afirmou que a vereadora mais votada no Estado nas últimas eleições é mais uma aliada das causas populares

na Assembléia. Braga tem certeza "de que um dia existirá no país a igualdade de oportunidades, com a sociedade socialista".

A calorosa recepção de Jussara ainda foi feita por representantes dos movimentos ecológicos e comunitário. A presidenta da Associação dos Artesãos e Artistas da Feira do Bonfim afirmou que "Jussara tem sido a nossa voz, a voz dos movimentos dos marginalizados, como o da cultura popular". E acrescentou: "se tem uma coisa que ninguém camufla é a representatividade. Esta é a verdade que a voz do povo vai tornando cada vez mais forte".

Ainda falou o representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, dizendo que "esta casa não será mais a mesma. Agora foram resgatados os 10 mil votos de Jussara na eleição para vereadora". Outras manifestações de apoio, durante mais de duas horas, foram feitas por representantes do movimento estudantil, da União das Mulheres de Porto Alegre, das Faspergs, da Agapan, do Sindicato dos Bancários e de diversas secretarias da Prefeitura Municipal. (Adriana Morell)



A deputada comunista Jussara Cony

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Temporada de caça

Clóves Wonder

Depois que abriram a temporada de caça aos comunistas na imprensa capitalista mundial, os "jornalistas" brasileiros, principalmente aqueles que são a voz de seus donos, ou seja, os editorialistas, os editores e colunistas, entraram de sola na questão da "falência" do que eles ainda chamavam "comunismo". Por má-fé, hipocrisia ou burrice mesmo, todos passaram a confundir o marxismo-leninismo, o socialismo e a Albânia, com os regimes decadentes do Leste Europeu.

Os jornalões nacionais estão babando de satisfação com a queda do casal Ceacescu, do Muro de Berlim e com o descaramento total dos regimes revisionistas da Europa. No "Estadão", quase que não há um dia em que um José Nêumane ou outro editorialista qualquer, não dedique pelo menos umas 100 linhas para desancar o socialismo e os comunistas, sejam eles verdadeiros ou não.

Mas agora não são apenas os biltres de sempre que desancam o socialismo e a Albânia. Também os colunistas e jornalistas até então considerados sérios e progressistas entraram na onda. É, deve ser mesmo a onda desse verão, assim como a Zélia Cardoso é a musa.

Jânio de Freitas, o intrépido colunista da "Folha de S. Paulo", chegou ao ponto de responsabilizar a derrota do Lula à Presidência da República à aliança com o PCdoB na Frente Brasil Popular. Qual é, Jânio? Vai dar uma agora de seu xará? E como se não bastasse, na "Folha'D" do último domingo, entre aquele festival de bobagens, ainda sai uma imensa enquete sobre o que é esquerda e direita que merecia mais figurar na revista "Comunidade". A culpa é da imprensa por um jornalista que até

então merecia algum respeito na imprensa paulista, Wagner Carelli. Mas querer ser softstar acaba dando nisso mesmo.

Virada ou Viração

Também a "Veja" desta semana abriu sua última página para um garoto que já foi fã dos Beatles e dos Rolling Stones, para desancar o socialismo e a Albânia. E logo ele, que cansou de fazer panfletos em mimeógrafos a álcool na Universidade para defender o socialismo, a liberdade e o progresso social. O tal de Igor Fuser, que saiu do mimeógrafo panfletário para a redação de "Veja" como editor, teve que pagar seu preço.

Ele, como o Carelli e qualquer jornalista bem informado desse país, deveria saber que a Albânia foi o primeiro país do mundo a denunciar a falsidade em que se tornou o socialismo no Leste Europeu e que lá as bases da sociedade têm outro tipo de participação. Há realmente democracia popular e socialismo e não capitalismo de estado e ditadura de grupelhos de burocratas corruptos que brigam entre si.

Neste verão tropical brasileiro, a burguesia e seus acólitos, assim como fazia a aristocracia e seus servos, vão abrir uma verdadeira temporada de caça aos comunistas, ao socialismo e ao que há de mais moderno na sociedade e na humanidade, para manter seus privilégios e a exploração de nosso povo. Vão usar a queda dos regimes revisionistas e decadentes do Leste Europeu para tentar cumprir seu objetivo. Mas irão fracassar como dantes, pois a história registra o papel da imprensa albanesa ao depor um jornalista que até

O movimento popular e democrático avançou, mas é a direita que governará o país

A Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil reuniu-se nos dias 20 e 21 de dezembro de 1989 para avaliar a campanha da Frente Brasil Popular, na qual foi destacado o papel da legenda comunista, analisar o resultado do pleito e definir a posição do PCdoB em face do novo governo. Após rica e aprofundada discussão, a direção do Partido aprovou a nota que transcrevemos abaixo.

O povo brasileiro viveu uma grande experiência política na campanha da sucessão presidencial do último ano. Desse acontecimento resultam conclusões importantes.

Sem pretender esgotar o assunto, que merece amplo e aprofundado exame, a Comissão Executiva do PCdoB faz uma primeira avaliação dos resultados do pleito.

1. Saem vitoriosas dessa batalha as forças populares e democráticas, ainda que o cômputo geral dos votos seja ligeiramente negativo. Pela primeira vez, foi possível organizar uma frente de esquerda, a Frente Brasil Popular, reunindo o PT, PCdoB e PSB, que derrotou no 1º turno os candidatos das elites dirigentes. Isso permitiu no 2º turno agrupar todas as correntes democráticas, criando um movimento político de larga amplitude que obteve mais de 31 milhões de sufrágios nas eleições de 17 de dezembro. Essa nova disposição das forças políticas fez ressaltar os dois campos que dividem a nação — o das correntes populares que exigem mudanças de fundo no país, e o das classes dominantes que defendem o continuísmo conservador e dependente. Abrem-se caminhos novos para o avanço da sociedade no rumo do progresso social. Contribui nesse sentido a sensível elevação da consciência política de grandes massas da população. Os debates em função da candidatura popular de Luís Inácio Lula da Silva possibilitaram maior compreensão das causas da crise estrutural que degrada a nação. Ao mesmo tempo, permitiram aclarar a solução popular para as dificuldades que o país defronta, envolvendo a luta contra a espoliação da oligarquia financeira internacional, contra o latifúndio retrógrado, contra a tremenda concentração de rendas nas mãos de um punhado de exploradores capitalistas. Na campanha sucessória ficou evidente que se estão criando condições reais para a instauração de um governo democrático popular, com um programa avançado capaz de transformar o Brasil numa nação soberana, democrática e progressista.

2. A campanha eleitoral e seus resultados finais evidenciaram o verda-

deiro caráter da democracia burguesa. Ao término das apurações a Justiça Eleitoral anunciou solenemente a lisura do pleito. O candidato vencedor, Fernando Collor, proclamou-se legitimado pela livre escolha das massas. Isso, porém, não corresponde à realidade. O processo eleitoral sofreu manipulações de toda ordem que influíram no desfecho conhecido. Obstaculizando a vitória da esquerda, os conservadores e falsos democratas apelaram para recursos fraudulentos. Armaram diferentes farsas visando comprometer junto ao eleitorado a imagem da candidatura popular de Luís Inácio Lula da Silva. Fabricaram o caso Lubeca, fizeram grosseira exploração em torno da ex-mulher de Lula. Propagaram mentiras acerca de pretensas expropriações de bens pessoais e de apropriação de locais de moradia, deturparam cenas do último debate televisado. E chegaram a propalar o envolvimento do PT no mal explicado seqüestro do empresário Abílio Diniz. Dispondo do monopólio dos meios de comunicação — a TV, o rádio e a grande imprensa — as forças reacionárias divulgaram em massa essas falsidades que não puderam ser



O presidente nacional do PCdoB fala ao povo no último comício em São Paulo.

contestadas a tempo e em larga escala pelas correntes populares. Assim é a democracia burguesa — uns, os poderosos, têm meios de atacar, de caluniar, de distorcer a realidade; outros, os carentes de recursos, não têm condições de se defender, de esclarecer os

fatos, de propagar a verdade. Nesse contexto inclui-se o papel que desempenhou o Poder Econômico na campanha de Fernando Collor. Em desigualdade de condições com a candidatura da Frente Brasil Popular, o candidato da direita dispôs de imensos recursos

financeiros, utilizados não apenas numa propaganda cara e maciça como na montagem de uma vasta estrutura toda ela sustentada pela máquina endinheirada do falso caçador de marajás.

3. Em tais circunstâncias, o Brasil vai ser governado a partir de 15 de março por um representante das forças conservadoras, reacionárias. Ainda que se intitulado renovador, ele vai aplicar a política antipopular e antinacional que pregou durante a sua campanha. Terá contra ele a grande maioria da nação. Obteve pouco mais de 40% dos votos. As correntes populares acercaram-se dos 38%. Suas primeiras declarações deixam entrever que continuará pagando a dívida externa com a fome do povo, que acelerará a venda das empresas estatais, que levará à prática uma orientação recessiva. Buscará o apoio do capital estrangeiro, agravando a situação de dependência em que se encontra o país. Não conseguirá sequer minimizar a crise em agravamento. Tentará, no entanto, causar impactos com medidas demagógicas para atrair o apoio de setores populares e procurará adesões de políticos oportunistas. O PCdoB se define como força de oposição consequente e considera ser indispensável a organização no país de um amplo movimento de oposição popular. Oposição popular que não pode se confundir com a oposição burguesa, vacilante e conciliadora, dos partidos e personalidades das classes dominantes. O PCdoB não tem uma visão imediatista da luta contra o novo governo. Julga que é preciso construir a oposição em todos os terrenos a fim de elevar mais ainda a consciência política do povo, reforçar sua unidade e organizar bem como conquistar posições importantes no cenário político para garantir a continuidade e o aprofundamento do combate democrático por transformações radicais no país. Sabe que os trabalhadores, da cidade e do campo, as massas populares, os cidadãos em geral lutarão pelos seus direitos e reivindicações. O Brasil vai exigir solução para os problemas cruciais do seu desenvolvimento. Preparemos para os grandes momentos históricos que advirão.



A bandeira comunista foi presença marcante nas grandes mobilizações da FBP



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
do Partido

Comunista do Brasil

Maré humana nos comícios da FBP

A campanha da Frente Brasil Popular desencadeou um dos maiores movimentos de massas da história do país, somente comparável ao das **diretas-já** em 1984. Sobretudo no segundo turno, apesar dos poucos dias para a mobilização da militância e a locomoção do candidato pela vastidão do território nacional, milhões de pessoas foram às ruas. Em São Paulo, a Praça Charles Müller, no estádio do Pacaembu, foi ocupada por quase 1 milhão de manifestantes. O mesmo clima de entusiasmo tomou conta de capitais como Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Os comícios realizados em cada uma dessas capitais tiveram públicos de centenas de milhares de pessoas. A apoteose final foi o Rio de Janeiro. Cerca de 1,5 milhão de manifestantes formaram uma maré humana na Candelária, no maior comício da história da cidade.

Essa força acumulada acabou resultando na gigantesca votação de Lula — 31 milhões de votos — que perdeu por pequena diferença (4 milhões de votos). Por isso o povo brasileiro sai da batalha altaneiro, sem o sentimento de desesperança. Seu grau de consciência política e organização é infini-

tamente superior após a campanha, a unidade e sua disposição de luta por um Brasil democrático, independente e progressista se renova e ele reuniu um cabedal de experiências e ensinamentos de enorme utilidade para as batalhas que se avizinham no novo período. As bases para a formação de uma forte oposição popular ao governo Collor estão lançadas.



Amazonas homenageia vítimas da ditadura

No majestoso comício de encerramento da campanha de Lula realizado na Candelária, Rio de Janeiro, com 1,5 milhão de pessoas, o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, iniciou seu discurso, ovacionado pela multidão, invocando a memória de eminentes lutadores do povo brasileiro torturados e assassinados pela ditadura militar. "Homenageamos os que deviam estar presentes nesta festa, que muito contribuíram para chegarmos até aqui e morreram lutando pela liberdade e progresso social", disse Amazonas. E citou, entre outros, os nomes do deputado Rubens Paiva, Maurício Grabois e Lincoln Oest, dirigentes do PCdoB, Honestino Guimarães, líder estudantil, Carlos Marighella e Carlos Lamarca, líderes de organizações de esquerda, e os guerrilheiros do Araguaia, Osvaldão e Helenira.



Transição Sarney-Collor vale zero à esquerda

Mário Simões*

Nos meses que separam a eleição da posse de Collor, o Brasil está entregue à expectativa do que o novo governo fará e à desesperança de desgoverno do que restou dos cinco anos barganhados por Sarney. Essas têm sido as duas características mais marcantes deste quase um mês transcorrido do período que se convencionou chamar de transição. Collor viaja ao exterior, a imprensa enche o país de especulações e Sarney acoita-se em Curupu, entregando a Máilson da Nóbrega a chefia do que resta de seu governo.

O quadro é desolador. O próprio ministro-chefe do gabinete civil, Luis Roberto Ponte, admite a falta de credibilidade do governo para tomar qualquer medida. O recado foi claro: não esperem nada deste governo que não há o que fazer. Collor, por seu lado, depositário da esperança de milhões de brasileiros, finge que não é com ele. O País está à deriva e ele viaja para o exterior sem dar qualquer declaração que indique uma expectativa ou esperança ao povo que o elegeu ou ao país que será por ele governado. Ao contrário, omite-se e dá margem ao surgimento de especulações e boataria.

Anúncios contraditórios

Choque ou medidas brandas, ortodoxas ou heterodoxas, recessão ou crescimento. Cada dia prevê-se algo e a imprensa anuncia alguma coisa. Num dia a economista do presidente, Zélia Mello, admite uma recessão branda (FSP — 06.01), no dia seguinte ela afirma que não haverá recessão (Correio Braziliense — 07.01). Na mesma edição da Folha (06.01) os empresários, em consenso, prevêem recessão e Collor garante crescimento.

Uma reforma no primeiro escalão do governo foi anunciada, reduzindo para 12 o número de ministérios. Com ares de autoridade, o assessor de imprensa Cláudio Humberto anuncia as medidas. Depois é obrigado a ligar aos jornais retratando-se — foi desautorizado por Collor. As medidas anunciadas estão em estudos e não são definitivas, justifica-se. Na verdade, o presidente eleito não disse ainda a que veio. O seu silêncio, na verdade, contradiz afirmações suas durante a campanha. Segundo afirmou em 3 de setembro do ano passado, "o detonador da baixa da inflação será a minha credibilidade e não mais um desses choques realizados pelo

governo Sarney". Por coerência, deveria o presidente eleito tomar desde já uma posição, já que o problema inflacionário é meio de credibilidade. E credibilidade é coisa que o governo Sarney não tem e o seu próprio ministro-chefe, Ponte, admite.

Collor, entretanto, viaja pela África e pela Europa sem dar a menor atenção à situação do país. Depois desta curta viagem, haverá outra mais longa. Ou seja, a tática é clara e já teve precedente histórico: Jânio Quadros — de quem aliás o jovem Collor aprendeu muita coisa. Sair do país, não expor-se ao desgaste do dia-dia das declarações e da expectativa da população brasileira.

A crise de credibilidade trouxe à baila outra questão: a antecipação da posse. Sarney, humilhado pela realidade, até admitiu sair do governo antes dos cinco anos comprados a peso de ouro. Collor novamente fugiu da responsabilidade. A inflação é um problema de credibilidade, diz ele, o governo Sarney não tem credibilidade, disse e cansou de repetir na campanha. Por que não fazer alguma coisa se o país está já com uma inflação de 55% ao mês? Dizer que reduziu o ritmo em janeiro é balela pois inflação do primeiro mês do ano é, historicamente, mais baixa do que a de dezembro. Portanto, se a perspectiva é ficar no mesmo patamar, a inflação de janeiro está alta. O Brasil inteiro esperava uma atitude do presidente eleito. O Brasil inteiro, pelo visto, vai ficar esperando.

Adiando o desgaste

Collor tem muito claro a sua tática de governo. Está ouvindo e debatendo com os setores mais atrasados da sociedade, com economistas os mais conservadores, inclusive ex-presidentes de serviços aos militares. Quanto mais conversar, quanto mais adiar qualquer posição, menor será o desgaste. É bom não esquecer que teremos eleições em outubro para deputados e senadores e que o Congresso Nacional, pela nova Constituição, joga papel importante na aprovação e rejeição de medidas. Quanto menos desgaste, maiores as chances de eleger um Congresso dócil e governista.

Auxiliado pela grande imprensa, Collor joga na confusão e na desinformação. Não dá declarações, deixa seus assessores darem informações controversas e sem qualquer novidade ou proposição concreta.

A exemplo de Jânio Qua-

dro, Collor refugia-se e consegue manter-se em evidência, graças ao jornalismo baseado em declarações e notícias plantadas pelos detentores do poder ou seus aliados mais próximos.

Collor viaja às escondidas para as Ilhas Seycheles, no Oceano Índico, mas a notícia vaza para a imprensa. Sua chegada a Roma também é divulgada, apesar do presidente eleito gostar do "sigilo". Dois dias de expectativas com o presidente trancado na embaixada brasileira sem dar qualquer notícia. Convoca às pressas dois assessores econômicos para Roma. Ao final, nenhuma informação, nenhuma proposta que servisse de alento aos brasileiros. Nenhuma novidade, somente jogo de cena para ocupar o noticiário e manter-se em evidência. Uma pose bem produzida ali (de joelhos e olhos fechados em Assis, terra de São Francisco), uma escapulida acolá (sempre divulgada), mas nenhuma informação ou proposição prática.

O próprio empresariado, insuspeito por ter derramado rios de dinheiro no final de sua campanha, já olha com o rabo de olho. Desconfiados, já ficam com o pé atrás com esse rapaz que não diz a que veio. "Se a derrota de Lula livrou o Brasil da certeza do retrocesso, a vitória de Collor não nos traz a certeza do progresso", admite na edição do dia 7 de janeiro o histórico entreguista Bob Fields (Roberto Campos). Para ele é necessário que Collor seja um político de convicção, deixando que o consenso venha com o sucesso da prática de suas convicções "liberais e modernas". Outros setores que não são "tão liberais" quanto o senhor Fields propõem a união nacional, uma trégua entre os diversos setores da sociedade ou um voto de confiança no presidente.

Num primeiro momento, logo após o resultado do segundo turno, as hostes colloridas comemoraram. Os militares vieram a público exaltar a vitória "contra os pregoeiros do caos e da desordem". Agora Collor fala em extinguir o EMFA e o SNI, eles ficam apreensivos. Os empresários vieram a público comemorar e propor um pacto. Agora, vem a ameaça da recessão e a indefinição sobre as medidas econômicas — os empresários aguardam uma posição mais clara e enchem o presidente e sua assessoria de sugestões. Os políticos, particularmente os fisiologistas, aderiram em peso à candidatura que favorecia os compadrios e maracutaias, agora ficam sem saber da com-



Mais um gesto de hipocrisia. Penitência antecipada?

Orgia nababesca

Collor, o ferrenho crítico das mordomias durante a campanha, deixou antes do que se imaginava cair a máscara. Para surpresa de alguns, surgiu uma face com turbante e tudo a que um autêntico marajá tem direito: avião particular, restaurantes finos, hotéis requintados e a possibilidade de ver todos os seus caprichos atendidos.

Collor saiu do Brasil em 30 de dezembro, foi até as ilhas Seychelles, consideradas um paraíso tropical no Oceano Índico, frequentado pela nata dos miliardários. De lá, no mesmo **falcon mystere** 900, que custa 6.440 dólares por

hora de voo, seguiu até Roma e foi finalmente para Paris. Nos melhores hotéis (exceto em Roma, onde hospedou-se com amigos na embaixada brasileira) e restaurantes em todas as cidades por onde passou. Collor, em Paris, chegou a dar uma esticadinha numa das mais caras boates, de onde só saiu depois da notícia de uma bomba.

O presidente eleito gastou mais de 300 mil dólares apenas no aluguel do jatinho, o suficiente para construir oito postos de saúde. Não satisfeito, o marajá embusteiro já prepara outra **tournee** pelo exterior, agora oficialmente às custas dos brasileiros. (M.S.).

posição do governo e se calam — só a oposição fala.

O País está em compasso de espera. Sarney já deixou o governo e não avisou. O presidente "janeia" pela Europa. A inflação ultrapassa os 50% ao mês. O início da década de 90 não está sendo muito animador. O eleito que prometeu mundos e fundos até agora só

fez sair pelos fundos.

A oposição popular, por seu lado, começa a organizar-se, abrem-se largas perspectivas para colocar num novo nível o potencial acumulado durante a memorável campanha da Frente Brasil Popular.

Maurício Grabois

*correspondente em Brasília

Forças populares farão oposição a novo governo

José Reinaldo Carvalho

Numa conjuntura de aprofundamento da crise nacional, às vésperas da posse do novo governo, os setores democráticos e progressistas tomam as primeiras iniciativas para organizar a oposição popular. O grande salto de consciência adquirido pelo povo na campanha da Frente Brasil Popular indica que não há lugar para adesismo ao governo das classes dominantes nem para a conciliação oportunista.

O período de transição de governo iniciado com a proclamação do resultado da eleição presidencial tem sido pontilhado não só pelas vazias especulações características do clima de entressafra no noticiário político e econômico, mas também pela sementeira de ilusões que, como tudo o que não corresponde à realidade, tendem a se perder ou perder quem as cultiva.

Na sua primeira entrevista coletiva já como presidente eleito, Collor de Mello fez um chamamento à união nacional, da qual, diz, não quer "excluir nenhuma força". Nomeou como seu articulador o deputado camaleão alagoano Renan Calheiros que até agora pouco produziu, além de recadinhos e notícias plantadas entre um e outro *rendez-vous* em Paris.

Oposição conseqüente x conciliação oportunista

Os partidos políticos reuniram as suas executivas e vão dando os primeiros sinais do comportamento que adotarão em face do governo Collor. Condicionam-se pela circunstância de que daqui a menos de dez meses haverá eleições para o Congresso Nacional e para os governos estaduais, pela asfíxica situação econômica e por interesses particularistas de sobrevivência política. Levam em conta igualmente o desgaste que sofreram na presente campanha e a falta de bases em que se apoiar. É o caso, sobretudo, dos finados PMDB e PFL e do escorregadio PSDB, sobre quem Collor exerce forte sedução, mormente devido aos seus planos de aprofundamento do processo de internacionalização da economia brasileira. As resoluções tiradas até agora atentam contra o bom senso e espantam qualquer cidadão de mediana cultura política, baralhando conceitos auto-explicáveis, como o de **oposição**. PMDB e PSDB declararam — o que não deixou de causar mal-estar nos setores democráticos que ainda se abrigam sob essas lendas — que "farão oposição" ao novo governo, mas que não se recusarão a "dar apoio" às "medidas benéficas" ao país que este venha a tomar. Mas Collor já mostrou a que veio e a quem vai beneficiar.

O pretexto é "pacificar a nação", caminhar rumo à "estabilidade política", dotar o novo Executivo das condições mínimas de governabilidade.

Esse tipo de ilusão em relação a Collor é alimentado mesmo por setores da esquerda, como é o caso do PCB. Aliás, sob inspiração desse partido, uma semana antes do segundo turno, publicou-se como matéria paga nos jornais de grande circulação nacional um manifesto contrário ao "radicalismo" assinado por representantes de vários setores da sociedade. O espírito de conciliação oportunista que impregnou o libelo foi tamanho que chegava a estabelecer um arbitrário sinal de igualdade entre os dois candidatos finalistas, "ambos integrantes do campo democrático", segundo a visão dos redatores, frase posteriormente reafirmada por Roberto Freire.

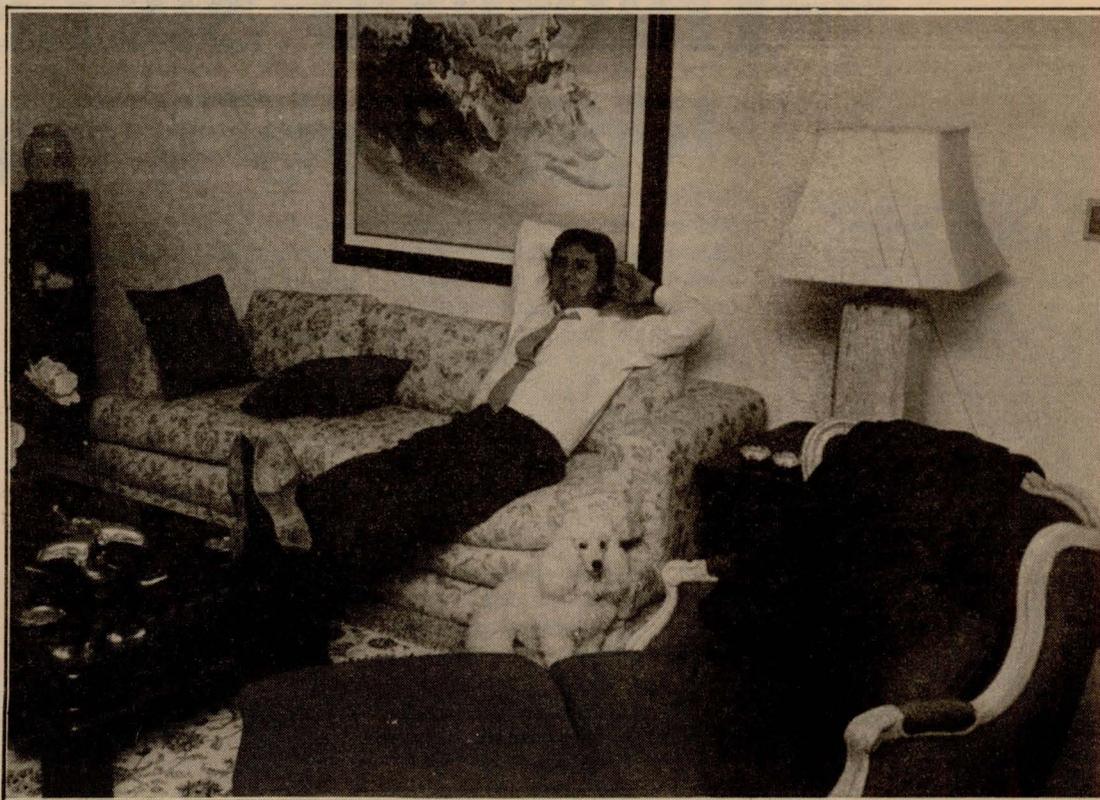
Na área da esquerda surgiram afirmações, com maior ou menor grau de contundência, de orientação oposicionista. Reunido dia 20 de dezembro, a Comissão Executiva da direção nacional do PCdoB define o Partido como "força de oposição conseqüente". E considera "ser indispensável a organização no país de um amplo movimento de oposição popular. Oposição popular que não pode se confundir com a oposição burguesa, vacilante e conciliadora, dos partidos e personalidades das classes dominantes". (Leia íntegra da nota da C. E. do PCdoB na página 5)

Por sua vez, Lula, em entrevista coletiva logo após a definição do resultado eleitoral, declarou que fará "oposição intransigente" a Collor, com quem não conversará "porque ele é imoral". O PSB, Brizola, do PDT, Arraes, Waldir Pires, da esquerda do PMDB, e setores da esquerda do PSDB também têm anunciado que farão oposição ao novo governo. Todas essas forças iniciaram conversação tendo em vista, tanto quanto possível, uma atuação coordenada e em aliança, à base de pontos comuns.

O povo brasileiro não se considera vencido

Há quem pretenda, entre os escribas a serviço dos poderosos, que declarar oposição firme, enérgica e conseqüente ao novo governo antes da posse é atitude apriorística e revanchista dos vencidos.

Mas, em primeiro lugar, as forças democráticas e populares, principalmente as que organizaram e deram vida à Frente Brasil Popular, além



Um político burguês, típico representante das elites, governará o Brasil a partir de 15 de março

dos que se incorporaram no segundo turno ao Movimento Lula Presidente, muito embora não tenham conseguido eleger seu candidato, não se sentem batidas nem aceitam o brado escarnecedor — "Ai dos vencidos!". Conseguiram organizar um dos maiores movimentos políticos da história do país que definitivamente mudou sua face política. O Brasil politicamente não é o mesmo. Conta hoje com forças democráticas, populares e progressistas com razoável nível de unidade e organização.

Em segundo lugar — e isto é o mais importante —, Collor, representante de um poderoso bloco das classes dominantes e conservadoras, traz para a cena política brasileira um programa de governo que não toca em nenhum problema essencial da nação. Embora, diga-se, um programa habilidosamente apresentado ao grande eleitorado, sob o manto da modernização do Estado, do combate à corrupção e da renovação da administração pública. As razões, portanto, de uma orientação oposicionista se prendem ao caráter social e político das forças que a partir de março irão governar o País e não a questões de somenos.

Desde há um ano e meio, no seu 7º Congresso, o Partido Comunista do Brasil advertia que os problemas nacionais chegaram a um ponto de ma-

turação, resultado do acúmulo de contradições estruturais que não encontram resolução nos marcos dum projeto conservador de governo das classes dominantes.

O Brasil não precisa de remédios, terapia tópica ou cosméticos. Carece de um projeto essencialmente nacional que possa afirmar o país como nação soberana, o que implica inelutavelmente romper com o capitalismo dependente. O país precisa avançar rumo a um sistema político verdadeiramente democrático em que seja decisiva a participação das massas para a definição dos grandes rumos nacionais. Isto implica também cortar pela raiz e cancro do militarismo e do autoritarismo que impregnam a vida governamental, estatal e institucional. Pelas forças de classes que compoem o governo Collor, este não tem como, para além de não querer, promover tais mudanças, pois se trata de problemas que só se resolvem politicamente, ou seja, com **nova política**, possível de alcançar com o triunfo de um arraigado, extenso e profundo movimento democrático e popular.

Por isso, há que ter lucidez para vislumbrar o caráter estratégico da política oposicionista, do esforço para organizar a oposição popular e escoimá-la de ações superfi-

ciais, bazófia ou arreganhos imediatistas.

Política lúcida com visão estratégica

A campanha da FBP lançou as bases para a formação de um movimento com esse caráter, assim como a plataforma mínima para a solução da grave crise nacional. As novas condições políticas surgidas no período pós-eleitoral permitem — até impõem — a ampliação do espectro de forças a se unirem a fim de conduzir com clareza e para rumos seguros os embates que irão inevitavelmente surgir.

De imediato o país viverá nova campanha eleitoral. No quadro geral do desenvolvimento do curso político as eleições de 1990 avultam em importância, pois uma firme ação oposicionista a Collor dependerá em boa medida, além da movimentação das massas trabalhadoras e populares, de uma bem articulada atuação de uma bancada majoritariamente comprometida com os interesses nacionais e populares.

C.C. do PCdoB realizará plenária

Nos próximos dias 25 a 28, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil realizará em São Paulo sua 8ª reunião plenária, ampliada com a participação de convidados de comitês regionais. A direção do Partido fará o balanço completo da luta sucessória, examinará a atuação política nacional, traçará as primeiras diretrizes para a campanha eleitoral de outubro próximo e discutirá a situação internacional, com participações em curso nos países revisionistas do Leste Europeu.



Renan, articulador de Collor; a difícil missão de obter apoio político

Conselho da CONTAG aprova a realização do V Congresso

O Conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura — CONTAG aprovou a realização do V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais entre os dias 23 e 26 de julho em Brasília. Esta determinação traz real importância uma vez que alguns sindicalistas tentaram impor empecilhos para a realização do evento. Ora alegando dificuldades financeiras, ora — na pior das hipóteses — procurando transformar o congresso num mero encontro, através da limitação participativa dos delegados. Felizmente, tem prevalecido a postura dos mais combativos representantes das federações, que acham necessário a realização deste congresso porque o país vive uma crise econômica no campo sem precedentes. Além disso, é importante que os representantes dos trabalhadores rurais se posicionem frente ao novo governo.

Nosso colaborador Antonio

Almeida Soares (Tom), acompanhando de perto os trabalhos do sindicalismo rural, informa que os segmentos progressistas do sindicalismo do campo sentem necessidade também de analisar a estrutura sindical face a nova Constituição. Para tanto, eles lutam para que o congresso seja o mais representativo possível, mantendo os critérios do IV Congresso, ou seja, que dê direito de participação a todos os trabalhadores rurais e que haja a tirada de 1 delegado por base e 1 por diretoria.

Nos próximos dias 5, 6, 7 e 8 de fevereiro, o Conselho da CONTAG se reúne em Brasília para tratar dos preparativos do V Congresso. É a oportunidade de abrir caminho para um congresso realmente bem organizado, que propicie um clima favorável ao debate de idéias, que tire resoluções extremamente ligadas as questões de interesse do homem do campo.

Posições que procurem atenuar a importância da mobilização e organização dos trabalhadores para a consumação do próximo congresso, jogam na divisão e no atraso do movimento. Servem de sustentação para o velho e surrado projeto da burguesia nacional de manter um modelo agrícola retrógrado, que mantenha inalterado os privilégios da exploração da terra através de grandes latifúndios e enterrada a luta pela reforma agrária.

Num momento como este que vivemos, próximo a posse de um governo que, de antemão, sabemos ser insensível às reivindicações dos camponeses, cabe aos sindicalistas rurais darem contribuições decisivas para a aglutinação dos trabalhadores em torno de suas organizações classistas, das lutas específicas que há anos se pleiteia e das demais lutas que unificam todos os trabalhadores brasileiros por uma nova sociedade.

Questão de ordem

Ano Novo, novas lutas

Ronald Freitas *

se lhe dar base social de sustentação.

O início do ano coloca de forma dramática o desconrole da economia. Inflação oficial de 53,65% em dezembro; perda diária de cerca de 1,5% no valor dos salários; aumento exorbitante e especulativo dos preços; ausência do governo Sarney, no sentido de implementar medidas capazes de enfrentar a escalada inflacionária; silêncio do futuro governo (Collor de Mello) quanto às medidas a serem encaminhadas no início de sua gestão, tudo isso configurando um quadro de agravamento da grave crise que o país atravessa, e falta de controle da situação por parte do governo. Acrescente-se a isso o fato de que o presidente eleito representa objetivamente os interesses das elites financeiras, industriais e latifundiárias, nacionais e estrangeiras, e governará de acordo com seus interesses. Isto nos permite afirmar que 1990 será um ano de muita resistência e lutas e exigirá do movimento sindical uma atividade intensa, coordenada, unitária e sintonizada com os interesses maiores do nosso povo.

Com Collor de Mello na Presidência da República continuará a vigorar em nosso país uma situação que nas suas linhas gerais será a mesma do governo Sarney. Dependência ao capital estrangeiro e pagamento da dívida externa. Em consequência, além do arrocho salarial e da recessão, toda a atividade econômica será voltada para o mercado externo em detrimento das necessidades da nação e do povo. Política fundiária e agrícola que privilegiam o latifúndio e a concentração de terras, ao contrário das reivindicações dos camponeses. Cerceamento das liberdades democráticas e restrição aos movimentos sociais. Isso tudo colocará para o movimento sindical a exigência de uma postura clara e definida de oposição a esse governo, de não coparticipar de qualquer "acordo", "pacto" ou outro nome que tenha, que vi-

A realização em março próximo do II Congresso da Corrente Sindical Classista (CSC), que discutirá e decidirá sobre a unificação orgânica da CSC à CUT, será um importante momento de debate e reflexão da situação do movimento sindical, e dos rumos a seguir. Será um fator de reforçamento da unidade política e orgânica do movimento, pois a integração da CSC à CUT tornará essa central mais forte e representativa, aglutinando no seu seio os setores mais ativos e politizados do movimento. A CSC ampliará seu campo de atuação, passando a debater e defender suas concepções e posições junto a setores do movimento que jogam importante papel na luta e mobilização dos trabalhadores.

Aos comunistas que atuam na frente sindical, o desafio de realizar um grande e exitoso Congresso da CSC é de importância primordial, e deverá ser o eixo condutor de nossas atividades nesse período. Para isso devemos realizar uma intensa discussão política em todo o movimento sindical sobre o significado do Congresso, e as perspectivas que ele abre para o avanço da luta em nosso país. Impõe-se divulgar a concepção do sindicalismo classista, e a enorme importância histórica que tem a constituição e continuidade política e orgânica da CSC, atuando na CUT a partir do Congresso. É preciso recolher subsídios para elaborar uma pauta de reivindicações e bandeiras de luta que mobilizem os trabalhadores em defesa de seus interesses e empenhar-se com a máxima intensidade na escolha de delegados para o Congresso, garantindo suas presenças.

Esse é o nosso grande desafio, realizar um grande e exitoso II Congresso da Corrente Sindical Classista. As condições para isso são favoráveis, e muito dependerá do nosso empenho, mobilização e dedicação.

* da direção nacional do PCdoB



O V Congresso da CONTAG deve manter o mesmo critério de participação do anterior de maio/85

“Sindicato Forte” toma posse

No dia 5, tomou posse, em clima de festa, a diretoria do Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo, eleita em novembro passado. A alegria dos trabalhadores aeroviários não é sem razão. A nova gestão, chamada “Sindicato Forte”, defende para o sindicato uma administração transparente de seu patrimônio e de

suas finanças e a filiação da entidade à CUT. A categoria aeroviária é exigente. Julgou nas urnas os pelegos ligados a Antonio Rogério Magri, da direita CGT, dando-lhes a derrota. Agora, acompanha atenta as mudanças e a moralização de seu sindicato.

O novo presidente é Valmir Paulo Ferreira, funcionário da

Varig. A chapa é composta de sindicalistas da Corrente Sindical Classista-CSC e da Central Única dos Trabalhadores-CUT. Eles já começam a dirigir a entidade, enfrentando o caos financeiro deixado pela pelegada que “administrava” a tesouraria, a colônia de férias na cidade paulista de Santos.

Centro de Documentação e Memória
Maurício Grabois

Novos horizontes para a UJS

Irasson Cordeiro Lopes

A União da Juventude Socialista, hoje inquestionavelmente a principal força do movimento juvenil, prepara-se para seu V congresso nacional. Nele serão discutidos os grandes temas que preocupam a juventude e as principais bandeiras de luta. A expectativa é que este congresso abra caminhos concretos para ampliação participativa dos jovens na vida nacional. Espera-se neste importante evento a presença massiva de lideranças surgidas nas últimas lutas, que será a pedra de toque para o salto de qualidade que a entidade busca. Superando problemas próprios de uma organização nacional de juventude, a UJS segue consolidando-se como catalisadora dos anseios do segmento juvenil da sociedade.

A União da Juventude Socialista realizará o seu V Congresso em Curitiba-PR, de 31 de janeiro a 4 de fevereiro. Os organizadores esperam cerca de mil representantes de outros Estados. O congresso terá, entre outras tarefas, que esclarecer quais os novos desafios que estão colocados e como nos próximos 2 anos a entidade deverá se guiar.

“A UJS está disposta a seguir seu trabalho político, avaliando quais as principais bandeiras e questões centrais que terá de responder e lutando para ampliar a unidade do povo e dos setores de esquerda”, afirma Romário Galvão, coordenador de formação política. A UJS — adianta Romário — se oporá duramente ao governo de Collor de Mello por entender que ele não tem condições nem vontade política de responder aos problemas da juventude.

Ao mesmo tempo, cuidará de demonstrar que há alternativa para a sociedade conservadora em que vivemos.

Cinco anos de UJS politizada e atuante

Do ponto de vista das reivindicações próprias da juventude, uma das prioridades a ser tratada no V Congresso é a questão ecológica. A UJS chama a atenção para o crescimento populacional. O planeta beira a casa dos 5 bilhões de habitantes. Os grandes centros enfrentam uma situação de superpopulação, em condições ambientais cada vez mais desfavoráveis. A imensa maioria dos rios estão poluídos. Grandes quantidades de gases nocivos infestam o ar, causando já há algum tempo em várias cidades do mundo o nascimento de pessoas deformadas, bebês

acéfalos e morte embrionária. No entanto, a UJS não vê no crescimento populacional a causa destes males. Eles são fruto da selvageria do sistema socioeconômico capitalista.

A UJS se retempera nas lutas diárias

Outra questão a ser tratada também é a nuclear. O projeto nuclear brasileiro é belicista, faz parte de planos militaristas, é contrário aos interesses nacionais. Ele deve ser voltado para interesses civis e dirigido pela comunidade científica, afirma Rovilson Brito, coordenador nacional da UJS. Ele chama a atenção também para a situação das reservas naturais e grandes florestas. Os dois jovens denunciam a assustadora escalada de desmatamento e conseqüente destruição da fauna e do equilíbrio biológico que vêm sofrendo as regiões do pantanal matogrossense e Amazônia. Eles afirmam que a UJS não tem ilusão de que os grandes monopólios internacionais não continuem com os olhos nas riquezas que o solo amazônico tem.

Afora isso, a UJS terá que se diversificar. Atualmente ela ainda é uma organização que abrange principalmente o jovem estudante secundarista. Portanto, terá que ousar nas outras áreas. Estas e outras considerações, serão abordadas no próximo congresso, num momento amplamente positivo em que a entidade se

mostra amadurecida, embora juvenil.

É uma vitória considerável o fato da União da Juventude Socialista estar completando cinco anos de vida. Vários foram os movimentos e organizações de juventude que tentaram se estruturar a nível nacional sem sucesso. Ela conseguiu ultrapassar as dificuldades iniciais da construção de uma entidade de jovens e hoje conta com o respeito e o reconhecimento de boa parte da juventude, dos setores políticos, das organizações sociais.

A União da Juventude Socialista passou por fases distintas. A primeira etapa foi o lançamento em fins de 1985 e início de 1986. Este período constituiu-se em propagar a entidade e as idéias por ela defendidas, como a democracia, liberdade, independência nacional, e socialismo, bem como acentuar seu vínculo com a área cultural, esportiva, ecológica, enfim, a todas as áreas em que a juventude luta. Foi um momento em que se promoveu a elaboração de diversos documentos, entre eles o manifesto da UJS. Em alguns Estados, a UJS conseguiu divulgar largamente suas opiniões, mostrando a que veio, esclarecendo por que estava sendo implantado um movimento deste tipo.

O segundo momento da organização deu-se com o confronto das idéias defendidas e a realidade. Estado por Estado, as lideranças da UJS discutiram como abordar a juventude. Isto permitiu que os

jovens socialistas conquistassem diversas experiências no movimento cultural, de bairro e no movimento estudantil. Eles conseguiram dar um choque na visão que se tinha sobre a UJS. Daí se compreende o eletrizante entusiasmo em suas fileiras: prevaleceu a construção de uma entidade viva, com o pé no chão.

A terceira fase — que estamos vivendo — representa a determinação de consolidar a UJS como referência política da juventude. Hoje, a entidade chega a este salto de qualidade graças a bandeiras, lutas e alguns caminhos trilhados. A questão principal foi, sem dúvida, a do voto aos 16 anos, que trouxe para o público em geral a UJS como sinônimo de juventude politicamente organizada. Esta campanha, a princípio, pareceu difícil de vingar, devido à predominância do pensamento conservador na Constituinte. No entanto, surpreendeu até a própria UJS a grande repercussão que teve a campanha, que gerou uma situação favorável no Congresso, cativando a maioria dos parlamentares, que por fim acabaram aprovando o voto aos 16 anos.

O próximo passo é ampliar seu alcance

Esta vitória, conta Rovilson Brito, permitiu um trabalho de grande mobilização de jovens para o alistamento eleitoral, que trouxe para a sucessão presidencial cerca de 3,2 milhões de jovens de 16 a 18 anos, que se somaram ao eleitorado. Foi uma ação que, de certa forma, mudou a fisionomia da luta e da disputa política no país. Para Rovilson Brito, “contribuiu para a elevação do nível de consciência da juventude. O jovem que tira seu título e que vem a participar das eleições também se torna alvo da abordagem dos candidatos e seus pontos de vista.

Outra idéia é implantar a UJS nos bairros, abordar a juventude mais popular, aquela que tem mil carências mas uma igual disposição de luta. Também terá que se abordar a juventude que trabalha. O Brasil é um país essencialmente jovem. Temos uma classe operária numerosa e no meio dela a maioria é constituída de jovens. Esses trabalhadores, além dos interesses comuns que têm, trazem também preocupações comuns à fase de idade que vivem. De olho neste aspecto, a UJS acredita que uma ação sindical de seus militantes poderá dar um apoio fundamental para os jovens trabalhadores participarem mais da luta política e assimilarem as idéias socialistas, que buscam a conquista de uma nova sociedade.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Rovilson Brito, no destaque, crê que a UJS saberá consolidar sua política junto aos mais diversos segmentos juvenis.

YANOMAMIS:

Dúvidas quanto à ação da PF

Mário Simões *

Cumprindo determinação do presidente Sarney, a Funai e a Polícia Federal iniciaram no último dia 8 a retirada dos garimpeiros das terras Yanomami, no território de Roraima. Alguns garimpeiros falam em resistir, outros comerciantes de Boa Vista, que muito lucro têm com o garimpo, fazem ameaças, mas apesar do espalhamento da operação montada pela PF é preciso esperar para ver se a ação é para valer.

Na sua última edição, a **Classe** divulgou a decisão da Justiça Federal de interditar os 9 milhões de hectares reivindicados pelos Yanomami e de determinar a imediata retirada dos garimpeiros da região. A ação de desocupação ficou a cargo da Funai, que poderia receber o apoio da Polícia Federal — particularmente porque o governador de Roraima, Romero Jucá, histórico inimigo das nações indígenas desde sua passagem pela presidência da Funai, já havia afirmado que não colocaria um só policial para ajudar na retirada dos garimpeiros. Aliás, Jucá foi um dos principais responsáveis pela ocupação das terras indígenas.

Antes mesmo do início da "Operação Cainamé" — nome dado à ação da Polícia Federal na região — equipes de médicos da Funai estiveram em contato com os Yanomami para dar-lhes assistência. Somente na região de Paapiú, a 500 quilômetros de Boa Vista onde vivem há três anos 380 índios Yanomami, eles constataram uma situação calamitosa. De cada dez indígenas, 9 estão com malária do tipo **falciparum**, a forma mais grave e mortal da doença. Eles apresentam ainda parasitose intestinal e têm se alimentado muito mal — mandioca e carne de caça, que atualmente é muito rara devido à ação dos garimpeiros. A base alimentar dos Yanomami é a banana, que raramente é encontrada. Os igarapés que abastecem os índios de água estão assoreados e poluídos pelo mercúrio dos garimpeiros. Em Paapiú, onde pista de pouso, acampamento dos garimpeiros e maloca dos índios praticamente se confundem, num prazo de dois anos morreriam 23 índios — quase uma vítima por mês.

O exemplo de Paapiú é muito rico, para mostrar a verdadeira situação dos Yanomami, apesar do número reduzido de índios na área. As equipes só visitaram, ali em Paapiú, as regiões de Surucucu e Alto Macajá, onde há baixa concentração de índios.

A decisão do juiz federal Novelty Vilanova da Silva Reis partiu da ação impetrada pelos procuradores da República



Índios Yanomami na aldeia do Nemini, há três meses. Hoje a região está tomada pela malária

Deodorah Macedo Pereira e José Guilherme Aragão. A interdição e desocupação das terras, entretanto, não garante a posse da terra aos Yanomami. Faz-se necessária uma nova ação judicial para demarcar o território indígena em áreas contínuas, necessárias à sobrevivência da nação.

Na aldeia Paapiú, de cada dez índios nove estão com malária

A previsão da Polícia Federal é de retirar amigavelmente os garimpeiros até o dia 15 de janeiro. Depois, se necessário, usaria a força. Ação prevê até três meses para desalojar os garimpeiros mais renitentes. Em alguns garimpos do interior existem estoques de combustíveis e alimentos, o que dará a uma parcela dos quase 50 mil garimpeiros maior fôlego para resistir à ordem de desocupar a região indígena.

Governador ataca índios, e deputado diz que vai "apelar ao Collor"

A resistência conta com o apoio de autoridades locais, como o governador de Roraima, Romero Jucá, e o deputado Alcides Lima (PFL-RR), que foi acusado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de incitar à matança dos Yanomami. O parlamentar esteve à frente de manifestação organizada pelo comércio local contra a retirada dos garimpeiros. O senador Rubem Villar já ameaçou levar o problema ao presidente eleito, Collor de Mello. Existem mesmo alguns indígenas contrários à retirada dos garimpeiros. Abandonados pela Funai, sem qualquer perspectiva, eles sobrevivem graças ao apoio e doações feitas pelos homens do garimpo. Sem conseguir vislumbrar que sua situação de miséria deve-se à ação nefasta dos proprietários da garimpagem e da convivência das autoridades locais, estaduais e federais, esses indígenas agarram-se à sua sobre-

vivência imediata — a doação de alimentos e remédios pelos garimpeiros.

Garimpeiro também é vítima: quem ganha é grande empresário

É preciso que se diga que tanto quanto os índios, os garimpeiros são os grandes perdedores com a forma de garimpo que é feita na região. Quem, na verdade, enriquece, são os compradores de ouro, os donos de frotas de aviões (como José Altino Machado, "líder" dos garimpeiros e dono de uma frota estimada em 70 aeronaves), os donos dos barrancos e os comerciantes que vendem aos garimpeiros mantimentos a preço de ouro. A imensa maioria dos garimpeiros, como os índios, sobrevivem na esperança de dias melhores. O Cimi desconfia da operação e já manifestou seu temor por um recuo da Polícia Federal e do governo. Restaria neste caso, à Justiça Federal, fazer cumprir sua determinação.

As pressões são muito grandes, inclusive por parte dos militares que não querem ver as terras indígenas demarcadas — o passo seguinte e natural depois da desocupação. Se a medida determinada por Sarney foi uma vitória da luta do Cimi, dos dois procuradores que impetraram a ação, da Justiça Federal e dos setores democráticos e populares que sempre denunciaram o genocídio dos Yanomami, ela não encerra nem garante nada. Afinal, o governo Sarney foi um dos principais responsáveis para que a ação chegasse a este nível.

Os setores que sempre lutaram pela demarcação das terras indígenas e sua demarcação não podem, agora, dar por encerrada sua tarefa. É preciso continuar a luta e esperar para ver no que vai dar a ação da polícia na região. E como o governo Collor vai agir diante da situação.

* Corresp. da Classe em Brasília



Um lugar para Neto

Cláudio Wladimir

Nada como uma Copa do Mundo para abrir a década, alegrar o espírito e ajudar a curar a ressaca collorida. Enquanto nos preparamos para a batalha de outubro, organizamos a oposição e continuamos na luta, pensar um pouco na Copa da Itália não faz mal a ninguém. Afinal, longe de ser o ópio do povo, como pensam alguns incrédulos, o futebol é, isso sim, parte inerente da alma brasileira. Apesar de enlameado pelos cartolas, colloridos ou não, o futebol brasileiro, assim como o povo, resiste a todas as "maracutaías" das elites.

E não há nada melhor do que uma Copa depois da outra para demonstrar que isso é verdade. Sem o nacionalismo xenófobo e conservador de Nelson Rodrigues e sua "Pátria de chuteiras", a Copa da Itália é uma oportunidade rara para resgatar a alegria e beleza do futebol brasileiro. Por isso mesmo, a partir desta edição vamos acompanhar com atenção as andanças de nossa seleção a caminho do tão sonhado tetracampeonato.

De uma coisa estamos convencidos. Dessa vez, se os cartolas deixarem, o caneco volta pra cá, para alegria do povão, que bem que está merecendo uma, depois de tantas porradas e frustrações.

Agora, pelo menos, as coisas estão começando a relatar nente bem. Apesar do carioquismo exagerado do tucano collorido Lazaroni, pouco se pode falar de sua lista de selecionáveis. É mais ou menos por aí mesmo. A crise do país atingiu também o futebol e o que temos é isso aí, reforçado pela "legião estrangeira" que a inflação, a recessão e as trapalhadas da cartolagem levaram para a Europa.

Tafarel, Jorginho, Aldair, Mozer, Branco, Mauro Galvão, Ricardo Rocha, Ricardo Gomes, André Cruz, Júlio César, Aleijão, Dunga, Vaido, Geovani, Silas, Mullet, Bebeto e Romário são, sem dúvida

alguma, um bom começo. Sinto falta, sinceramente, de um nome que mereça uma chance: Neto. O atrevido, irreverente e habilidoso atacante corinthiano tem tudo para entrar nessa seleção e, com um pouco de paciência, explodir nos gramados italianos. Basta o carioquismo de Lazaroni permitir, sem que seja preciso o Corinthians vinda Neto para o Flamengo.

Corrigida essa pequena, embora decisiva falha, e adotado um esquema tático ofensivo, que nos faça esquecer e sepultar definitivamente os quadros retranqueiros de Zagalo, os overlappings covardes do capitão Cláudio Coutinho e o descompromisso mineiro de Telê Santana, para quem competir era o que menos importava, estaremos no rumo da conquista do tetra. Um meio-campo forte, combativo e brigador com Alemão, Dunga e Valdo e um ataque bem brasileiro, matreiro, alegre, ofensivo e irreverente com Bebeto, Careca e Romário será mais do que suficiente para derrubar Costa Rica, Escócia e Suécia, nossos adversários da primeira fase, abrindo caminho para recuperar o prestígio do futebol brasileiro e trazer o caneco de volta para cá. Se até a Copa Lazaroni abrir os olhos e agregar a esse esquema o talento explosivo e criativo de Neto, aí então a coisa será mais sopa ainda.

Lá atrás, a defesa começa nas mãos seguras de Taffarel que, embora sem a elegância e a tranquilidade de um Carlos, tem uma estrela infinitamente mais brilhante e continua firme e inexpugnável com Jorginho, Aldair, Mozer e Branco. Isso tudo sem contar com a esperança de que o elegante Júlio César reapareça da França com a mesma competência que exibiu nos seus tempos de Guarani.

Seguindo essa receita básica, deixando os cartolas na moita e fazendo na Itália o que o povo faz nas peladas aqui no Brasil, a Copa vai ser para nós. Sem medo de ser feliz!

CDM Centro de Documentação e Memória

Acre: histórias de

Um ano após a morte de Chico Mendes, a Classe visita o Acre, ouve líderes dos povos da floresta e mostra o drama de um Estado onde impera a pre

Texto e foto

No Rio Tejo, despertar da nova consci

Situado no Oeste do Estado do Acre, o Rio Tejo fica circundado por áreas indígenas. Ao Norte faz fronteira com os Kaxinawá do Rio Jordão; ao Sul, com os Kampas e Kaxinawá do Rio Breu. Ele também circunda a área dos Kampas do Rio Amônia e faz fronteira com o Peru.

É o maior rio do Vale do Juruá, tanto em tamanho como em densidade demográfica. Tem grande quantidade de espécies de madeiras em suas margens, muita pesca e caça. É a região de maior produção de borracha, chegando a produzir 600 toneladas anuais por seringueiro.

Mas é, acima de tudo, o local onde nos últimos anos registrou-se um nítido avanço na consciência e nas lutas dos seringueiros. Vencendo um século de semi-escravidão, eles começam agora a enfrentar seus patrões, um movimento que, segundo dizem, pode se transformar numa "guerra total".

José Rodrigues, que é assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros no Vale do Juruá, presidente e fundador do movimento "Amazônia Verde e Vida" e membro do diretório do PCdoB em Cruzeiro do Sul, prestou à Classe o seguinte depoimento sobre a nova realidade do Vale do Juruá:

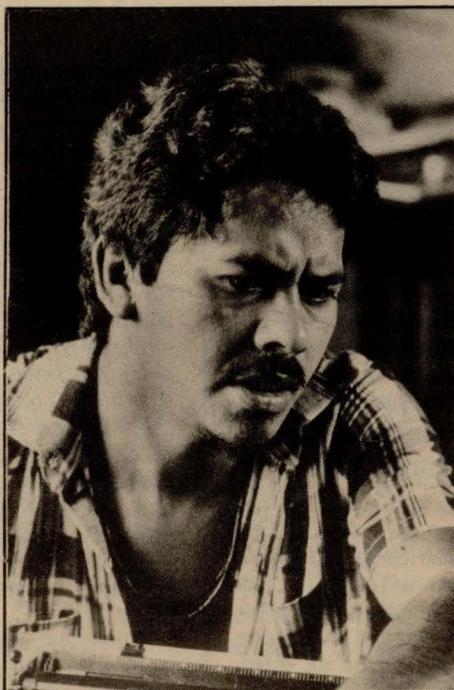
Após os massacres, só resta um casal de índios Jaminawá

"O Rio Tejo foi ocupado nas últimas décadas do século passado. Porém é nos anos 70 deste século com a forte migração de nordestinos atraídos pela oferta oficial de terras para quem quisesse trabalhar, que chegaram os primeiros 'brabos'. Junto a essa leva de 'sem-terras' foram atraídos comerciantes e pequenos investidores que, também movidos pelo estímulo governamental, vieram para aumentar suas riquezas nas terras prometidas.

Ao chegar no Acre, os nordestinos encontraram povos indígenas que já viviam nas margens do Rio Tejo. Na ocupação, os migrantes foram procurando os altos dos rios e assim conseguiram penetrar no Tejo. Ai armavam emboscadas contra os índios, que na sua maioria foram mortos e expulsos. Desse genocídio só restou um casal Jaminawá que formou uma família e hoje vive no seringal 'Restauração', no Rio Bajé."

Aos poucos, quase naturalmente, surge a figura do "patrão"

"No processo de ocupação, os nordestinos implantaram um sistema peculiar de exploração da borracha, baseado na troca do produto por mercadorias. Alguns poucos indivíduos, que tinham acumulado uma quantidade maior de borracha, iam à cidade mais próxima, e compravam uma quantidade de mercadorias superior às suas necessidades de consumo. Voltando aos seringais, essa sobra era trocada por



José Rodrigues: "Vamos derrotar o monopólio e a escravidão imposta pelos patrões" borraça com os outros seringueiros.

"Foi esse sistema que deu origem à figura do patrão. Isso foi uma situação desenvolvida naturalmente. Os seringueiros foram aceitando e depois de algum tempo, a maioria deles passou a depender desses indivíduos. Surgem assim as dívidas e muitos ficaram na impossibilidade de voltar para o Nordeste. Esse sistema foi desenvolvido entre eles e foi dessa forma que nasceu a 'renda'."

Em 82, a idéia das Reservas Extrativistas, e a mobilização

"Esses patrões, que eram nada menos do que aqueles pequenos comerciantes e investidores, procuraram investir nos seringais, fazendo de alguma forma certos benefícios para os serin-

gueiros que trabalhavam em suas colocações. Davam bacias, baldes, facas de seringas; o defumador pronto, a casa, as estradas empausadas e roçadas. Só não entregavam espingardas com medo de alguma complicação. Em troca disso, o seringueiro entregava a 'renda'", 66 quilos de borracha por parrelha de estrada.

Pouco a pouco, porém, os patrões retiraram esses benefícios e continuaram exigindo a tal 'renda'. Esse sistema de exploração foi implantado em quase todos os seringais da Amazônia.

"Mesmo já existindo um certo trabalho sindical na região do Rio Tejo, é a partir de 1982 com a ida do antropólogo Mário Almeida, que junto com Chico Ginu, começa-se a discutir alguns projetos sobre cooperativismo, educação e saúde para a região. Essas propostas já tinham sido discutidas entre os companheiros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, tendo à frente o companheiro Chico Mendes. Visam à criação de Reservas Extrativistas na Amazônia e vão se consolidar com a fundação, em 1985, do Conselho Nacional dos Seringueiros."

Na concepção dos seringueiros, aquilo ia dar numa "guerra total"

"Depois de uma discussão em Xapuri, o Conselho decidiu encaminhar um de seus membros, o 'Macedo' para a área do Tejo, para fazer um levantamento da realidade do Vale do Juruá. Ao chegar à região, além de fazer o levantamento, Macedo levou as propostas de criação de Reservas Extrativistas, de Cooperativas, Postos de Saúde e Escolas.

A partir desse levantamento é iniciado também um trabalho organizativo com os seringueiros, para que eles pudessem tomar consciência do que estaria acontecendo. E surge um movi-



Índios Kampas, do Vale do Rio Tejo: antes perseguidos, hoje aliados dos seringueiros

mento para combater os patrões, para combater todo esse sistema de exploração. Para implantar um modelo novo de comercialização da mercadoria e da borracha. Um modelo novo, mas que já existia em outras regiões da Amazônia, inclusive em algumas áreas indígenas circundantes do Tejo."

Índios, seringueiros e agricultores, unidos contra a escravidão

"Politicamente essa ida, esse contato lá no Tejo, serviu pra começar a despertar nos seringueiros a necessidade de uma organização, de uma luta, de um combate. Inclusive, um combate muito acirrado que acabaria, na concepção dos seringueiros, numa guerra total.

Os patrões não acreditavam que um movimento dessa natureza, tivesse penetração dentro do Tejo. Porque não era costume aqui dentro do Vale do Juruá existir esse tipo de proposta. Existem no Acre duas realidades básicas: a organização popular no Vale do Juruá foi historicamente inferior à do Vale do Rio Acre, por fatores ligados à penetração ou não do grande latifúndio.

Os patrões só passaram a acreditar na luta, realmente, quando foi realizado o 2º Encontro Municipal dos Seringueiros, em outubro de 1988. Uma das principais deliberações e o que mais feriu os patrões e proprietários da região, como o Grupo Santana Empreendimentos, lá no Pastoril, foi a questão do não-pagamento da renda. Porque o não-pagamento da renda não só significa grandes perdas em dinheiro para os patrões, proprietários, arrendatários e subarrendatários, mas é o reconhecimento da posse legal das terras pelos seringueiros."

A partir do encontro, a decisão: ninguém paga mais 'renda'

A partir da resolução do Encontro, muitos seringueiros suspenderam o pagamento da renda e a reação patronal foi imediata. Ameaçaram os seringuei-



A família de "Zeca", um dos gerentes da cooperativa dos seringueiros do Rio Tejo



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grillo

uma terra sem lei

potência dos poderosos, e só a mobilização permanente dos trabalhadores consegue garantir respeito aos direitos fundamentais do povo.

os: Jesus Carlos

iência

ros que não pagassem a renda com expulsão das estradas de seringas, ameaçavam as equipes que subiam o rio. Inclusive fizeram ventilar que iam matar o 'Macedo'. Lá dentro houve ameaça de morte pra mim, pra o Chico Ginu e outros companheiros.

E eles investiram de todas as formas. Além das ameaças de morte, teve patrão que levou dinheiro para os seringais e tentou comprar seringueiro, para que eles fossem até a cidade de Cruzeiro do Sul para protestar contra o trabalho sindical que estava sendo feito lá dentro.

Tentaram também bloquear a ida de mercadorias da cooperativa pra dentro do Tejo. A decisão dos seringueiros também gerou várias ações de despejo, aqui no foro de Cruzeiro do Sul. Porém, até agora, nenhuma conseguiu surtir efeito.

O não pagamento é o primeiro passo de maior peso político na organização do seringueiro. Porque, ao não pagarem, os seringueiros conseguiram que essa luta entrasse em todos os seringais do Vale do Juruá.

O que se percebe hoje, principalmente no Vale do Juruá, mas também no Vale do Acre e na Amazônia como um todo, é que existe um movimento de seringueiros, índios e agricultores, que vem dar resposta a todo esse secular sistema de exploração. É um movimento que precisa elevar seu nível de organização, tornar-se mais amplo e assumir caráter político, a fim de acumular força para se defender da ação dos patrões para desestruturá-lo.

Esse movimento como um todo é um movimento de alianças entre os povos da Floresta — seringueiros, índios e agricultores. Todo esse movimento na Amazônia converge para um objetivo: derrubar o monopólio, a exploração e até o sistema de escravidão que existe na Amazônia, imposto pelos patrões."

“Empates”, onde a vitória pode ter gosto de sangue

“Empate” é uma forma de luta desenvolvida pelos seringueiros para evitarem desmatamentos nas florestas do Acre e da Amazônia como um todo, especialmente nas regiões onde há seringais e castanheiras. Junta-se 30, 40, 100 pessoas (homens e mulheres), chegam ao ponto da floresta onde está ocorrendo o desmate e impedem, com sua presença, que o trabalho continue. Muitos “empates” terminaram em sangue, devido à intransigência dos proprietários de terras que muitas vezes contratam pistoleiros ou os requisitam à polícia.

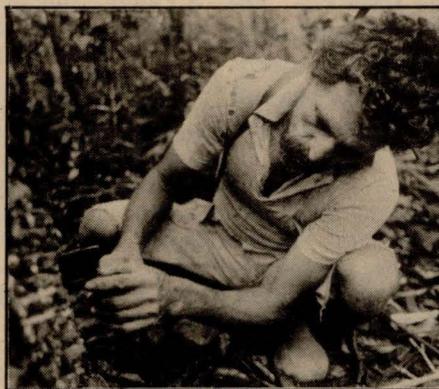
Luiz Torgino, seringueiro e um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (o mesmo que era presidido por Chico Mendes) conversou longamente com nosso repórter, e contou casos pitorescos ocorridos durante os “empates”.

“Histórias de sangue? Histórias de nossas lutas, temos muitas.”

I

“Aqui tem um fazendeiro que é o dono da fazenda Paraná, o Darli Alves. Ele diz que comprou nove ‘colocações’ do Seringal da Cachoeira. A gente já sabia que ele é perigoso. Ai o pessoal do ‘Cachoeira’ resolveu que ele tinha comprado, mas que ele não ia entrar. Por que se ele entrasse, ia destruir tudo, derrubar e queimar. O que ia acontecer no seringal? Cachoeira é um seringal tranquilo, nunca houve briga nem crime. A gente chegou à conclusão de que com a entrada dele lá dentro ia começar a haver crimes feitos por pistoleiros, por que o trabalho de Darli é esse.

Resolvemos nos organizar para não deixar o fazendeiro entrar lá. Acampamos no Cachoeira 130 homens, ficamos uns 18 dias. Ele veio com seus homens e não conseguiram entrar. Abalou a Polícia Militar, a Po-



Luiz Torgino: “Histórias de sangue?”

lícia Federal, a imprensa, o mundo inteiro. Foi esse ‘empate’ que obrigou o governo a desapropriar as terras dele. Só que devido a esse empate e às terras dele terem sido desapropriadas, ele resolveu matar o companheiro Chico Mendes. Deu em sangue o empate.”

II

“No empate de uma derrubada no seringal ‘Equador’, nós, seringueiros, nos organizamos e fomos impedir um desmate. Ai passamos lá e ficamos uma quantidade de dias. O fazendeiro foi ao governo e requisitou a polícia. Ai mandaram uns quarenta policiais armados de fuzis e metralhadoras pra lá pra manter a ordem. Como nós não podemos ficar lá no seringal, resolvemos sair e acampar em frente ao IBDF.

“Resolvemos que acampando aqui no IBDF, poderíamos evitar as autorizações dos despachos. Só que quando acampamos aqui dentro do IBDF, atiraram em nós e feriram dois companheiros. Um pegou sete tiros de Mauser 764 e o outro dois balaços de 38mm. Houve muito sangue.”

III

“No seringal ‘Monte Santo’, no Município de Xapuri, rumo a Brasília,

fomos a um empate e o dono do seringal foi a Rio Branco e conseguiu junto ao governador requisitar a polícia. A polícia foi pra lá com metralhadoras e fuzis. De lá viemos 112 homens presos. Porém, em seguida juntaram-se mais 34 companheiros para manter o empate e esses também foram presos. A polícia fez com que eles ficassem deitados sob o sol de meio-dia com a barriga no chão. E catucava as bocas e os ‘fundos’ dos seringueiros com o fuzil, pegava o pessoal pelos cabelos e os suspendia pela cabeça, jogando-os depois. Os policiais pisavam com os cortunos as pernas dos companheiros. Fizeram miséria com os seringueiros e depois levaram todos para a prisão.”

IV

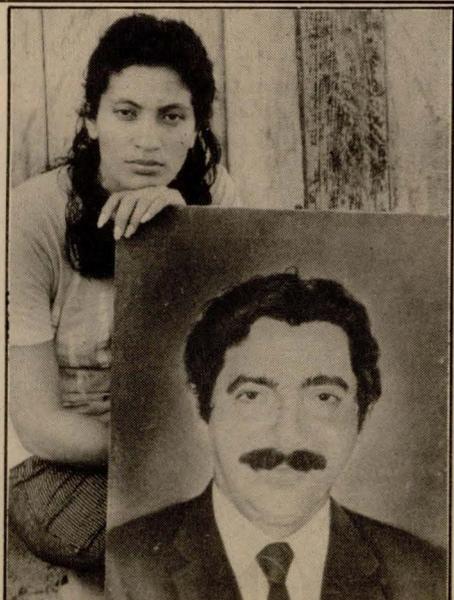
“No seringal ‘Nova Esperança’, o dono era o velho Lú. Esse velho quando chegava o fim do ano e no ajuste de saldo dos seringueiros que trabalhavam para ele, não queria pagar direito, ficava enrolando. Quando um seringueiro pegava uma borracha e vendia fora, o velho ia na delegacia e dava parte. Ai a polícia vinha buscar o seringueiro preso e aquela borracha que o seringueiro tinha vendido, a polícia tomava da pessoa que tinha comprado e ainda obrigava o seringueiro a fazer ronda na cidade com a borracha nas costas, com a polícia batendo atrás, enquanto o seringueiro gritava bem alto que ele era o ladrão de borracha.”

V

“Nos anos 50, tinha o Zé Ferreira do Bagaço, do seringal ‘Bagaço’ que gostava de castigar os seringueiros no mourão de seu seringal. Lá, quando chegava no fim do ano, época em que o seringueiro ia buscar o seu saldo, ele pagava no balcão, só que sempre tinha alguém de tocaia pra matar o seringueiro e devolver o dinheiro para o patrão.”

Um ano depois, Ilzamar lembra assassinato de Chico Mendes

Ilzamar, viúva de Chico Mendes, mostra à Classe a porta dos fundos de sua casa, por onde ele ia saindo, na tarde do dia 22 de dezembro de 88, para tomar banho. Ele pegou uma toalha, abriu a porta e viu que estava escuro. Dai, ele disse: “Está escuro lá fora, eles podem me pegar fácil se quiserem.” Ai ele foi até o quarto e pegou a lanterna, voltou e, ao abrir a porta, a gente ouviu o tiro, um só, de escopeta de chumbo. O tiro acertou no peito do Chico e ele disse: “Puxa, eles me acertaram.” E foi tombando, ensanguentado, na direção do nosso quarto...



Ilzamar em frente à casa onde ele foi assassinado, hoje sede da Fundação Chico Mendes



“Empate” realizado pelo Sindicato de Xapuri na Fazenda “Nova Esperança”, em set. de 89

As primeiras pedras no caminho

Antonio Martins.

Incapaz de atacar as causas reais da crise, a direita procura convencer o povo de que Collor não tem outra saída, a não ser trair desde o início as promessas da campanha e combater a inflação com base em "remédios amargos". Mas surgem enormes dificuldades, tanto para garantir sustentação política para as medidas impopulares quanto para chegar a uma unidade prática entre os setores distintos das classes dominantes.

O jornal diário e a revista semanal de maior circulação no país — a "Folha de S. Paulo" e "Veja" — ganharam as ruas no último dia 7 e ocupando editoriais com tema e sentido rigorosamente coincidentes. Em ambos os casos o assunto em foco eram as primeiras manifestações de assessores econômicos do presidente eleito, Collor de Mello, dando a entender que a futura administração pretende adotar medidas recessivas desde seus primeiros dias, a pretexto de impedir que se instaure no país um surto hiperinflacionário. E ao comentar tais opiniões "Folha" e "Veja" se igualavam novamente, pois recomendavam a seus leitores que vissem como *inevitável* o caminho anunciado pelos auxiliares de Collor. Agir com "dogmatismo" diante de uma eventual recessão é "particularmente inoportuno", assegurava o jornal paulista. "Qualquer plano de ajuste, para dar resultado, precisa ser duríssimo", alardeava a revista da Editora Abril citando e endossando palavras do atual ministro Mailson da Nóbrega.

A semelhança dos editoriais, no caso, estava longe de ser um fato isolado. Muito mais que isso, ela poderia ser encarada como *símbolo* de uma semana repleta de acontecimentos, e importante por ter revelado as graves dificuldades que os conservadores enfrentarão para concretizar seu projeto de sair da crise *aprofundando*, ao invés de reverter, o modelo de desenvolvimento adotado pelo país nas últimas décadas. Quem acompanhou os fatos com atenção percebeu que a conjunção de forças que se somou para assegurar a vitória de Collor foi obrigada a admitir publicamente, pela primeira vez, que seu projeto para tirar a economia da crise tem caráter nitidamente antipopular. Em seguida estas mesmas forças procuraram demonstrar, através de pronunciamentos insistentes e repetitivos de teóricos a elas ligados, que tal projeto é o *único* capaz de assegurar um futuro de progresso para o país, e que por

isso deve ser apoiado mesmo implicando sacrifícios. Ao cabo de alguns dias, porém, ficou evidente que a direita terá enormes problemas políticos para impor o conjunto de medidas que preconiza, e surgiram mesmo entre setores distintos das classes dominantes disputas não desprezíveis quanto a aspectos importantes destas medidas.

O ex-ministro propõe: um plano "igual ao de Castello Branco"

O presidente eleito ainda desfrutava as delícias tropicais de um *reveillon* nas Ilhas Seychelles quando o ex-ministro (nos governos Médici e Geisel) Joao Paulo dos Reis Velloso tomou a iniciativa de dar início à série de comentários favoráveis à adoção de "remédios amargos" para evitar a hiperinflação e conferir estabilidade à economia. Reis Velloso, que nos últimos anos passou a desfrutar de trânsito e

prestígio surpreendentes junto a economistas de várias tendências, publicou no primeiro dia do ano, na "Folha de S. Paulo" um artigo em que defendia a adoção de medidas "de caráter radical" pelo próximo governo.

Não foi difícil, contudo, entender o *sentido* de tais medidas. O ex-ministro fez questão de deixar claro que caberia a Collor adotar um plano de ação "semelhante ao de Castello Branco", o presidente que assumiu o governo logo após o golpe de 64, pôs em prática decisões desnacionalizantes e lesivas aos trabalhadores e provocou uma recessão que se prolongou por quase três anos. Mais adiante, Velloso acrescentava que era preciso partir para a privatização massiva das empresas estatais, e insistia em que o conjunto de resoluções por ele proposto fosse implementado "já no início do governo", pois mais tarde cresceriam as dificuldades para levá-lo à prática.

Num primeiro momento pareceu que as idéias do ex-ministro teriam acolhida fácil e quase "consensual". No dia 3 de janeiro teve início no Rio o "Fórum Nacional Perspectivas para o Brasil nos anos 90", que foi organizado a partir de iniciativas do próprio Reis Velloso e que contou com

a presença de políticos favoráveis e contrários à administração Collor, e de representantes de quase todas as correntes econômicas que participam com expressão dos debates no setor.

Num encontro marcado pelo conservadorismo, surgem idéias de Collor

E foi forçoso reconhecer que pelo menos no primeiro dia de discussões o encontro foi praticamente hegemonizado pelos teóricos conservadores. Reis Velloso, voltou a insistir na adoção de medidas "drásticas e impopulares" e pôde contar então com o apoio do também ex-ministro Roberto Campos, conhecido por suas posições ultra-entreguistas. Não houve contestação teórica de peso aos argumentos da dupla, e talvez em vista disso o economista Eduardo Modiano, integrante da equipe que prepara o plano de governo de Collor de Mello, tenha se sentido à vontade para expor abertamente nas linhas básicas de trabalho da futura administração, que igualmente não sofreram ataques relevantes no primeiro momento.

Em troca de alívio na dívida, entregar empresas estatais

Embora tenham merecido pouco destaque na imprensa, as antecipações feitas por Modiano, e que nos dias seguintes seriam confirmadas pouco a pouco pelo próprio presidente eleito e por sua assessora econômica principal, Zélia Cardoso, têm importância incomparavelmente superior às especulações sobre pontos secundários do programa de gover-

no a que os grandes jornais se lançariam depois. Eles dizem respeito às *linhas fundamentais* pelas quais a futura equipe de governo se guiará, ao invés de se aterem a detalhes como a adoção ou não de um congelamento de preços. E elas são mais que suficientes para revelar a completa subordinação de Collor ao projeto que implica aprofundar a internacionalização da economia brasileira, entregar aos grandes grupos econômicos boa parte do patrimônio constituído pelas empresas estatais e impor aos trabalhadores novas perdas salariais.

Modiano esclareceu, por exemplo, que o futuro governo pretende procurar os credores do país logo após sua posse, para propor-lhes um novo acordo sobre a dívida externa e encerrar a "moratória técnica" iniciada em julho pelo governo Sarney. Afirmou, é verdade, que Collor pretende "sugerir" aos banqueiros a redução de 50% no pagamento dos juros externos. Mas deixou claro que em troca de algum alívio na remessa de dólares o futuro presidente está disposto a permitir a "liberação gradual" das barreiras que limitam o acesso de produtos estrangeiros ao mercado brasileiro.

Sete dias depois, em Paris, o próprio Collor teria oportunidade de declarar à "Gazeta Mercantil" que seus planos são ainda mais abrangentes. Ele afirmou que pretende propor a conversão da dívida externa em ações das empresas estatais, algo que o próprio governo Sarney tentou e depois desistiu, pressionado pelas reações da opinião pública e do Congresso contra uma medida que implica evidente desnacionalização. →



Collor e Zélia, em Roma: dificuldades para impor programa antipopular, dissidências no esquema de apoio



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

“Reforma patrimonial”, para consolidar ganhos de grande capital

Aliás, embora não mencionasse a hipótese de conversão da dívida externa, Modiano foi igualmente claro ao falar sobre as medidas que o futuro presidente pretende adotar em relação às empresas públicas. Faremos “um processo acelerado de privatização”, disse ele, dando a entender que continua em cogitação a hipótese de realizar a chamada *reforma patrimonial* que consistiria em permitir que os grandes grupos econômicos brasileiros que nos últimos anos beneficiaram-se de transferências brutais de renda feitas pelo Estado e acumularam enormes quantidades de títulos da dívida interna consolidem este patrimônio, transformando-o em participação no capital das estatais.

Todos os elementos para promover arrocho e desemprego

Por último, Modiano não se esforçou em esconder que o esforço do futuro governo no combate à inflação será feito mais uma vez às custas de prejuízos para os trabalhadores. Ele afirmou que está prevista a “desregulamentação gradual da economia”, que incluirá “liberação de preços e salários”. Acrescentou que pelo menos nos primeiros anos o governo adotará uma “política monetária rígida”, que equivale a reduzir o volume de dinheiro em circulação, para forçar uma queda no consumo e tentar através dela forçar os preços para baixo. Basta lembrar a experiência do ajuste econômico promovido entre 1981 e 1984 pelo então ministro Delfim Netto para perceber que a redução forçada no consumo leva as empresas a demitirem amplamente. E é igualmente fácil entender que se em tal conjuntura os salários deixam de contar com mecanismos de proteção contra a corrosão inflacionária estão estabelecidos os fatores para que sobrevenha um arrocho de grandes proporções. Aliás, os sinais de que os planos do governo eleito conduzem a perdas significativas para os assalariados tornaram-se tão evidentes que nos últimos dias todos os assessores econômicos de Collor passaram a admitir o fato, ressaltando que pretendem amenizá-lo — com a distribuição de cestas básicas de alimentos para os mais pobres...

Volta ao pagamento regular da dívida externa, com o fim até mesmo da moratória técnica” de Sarney. Abertura do mercado brasileiro às empresas e produtos estrangeiros. Privatização em massa de estatais, inclusive com entrega de parte de seu capital aos credores da dívida externa. Novas

perdas salariais para os trabalhadores. Falta de recessão econômica. Foi para justificar este elenco de medidas, diante das quais a palavra “amargas” chega a parecer um eufemismo, que os principais teóricos conservadores procuraram demonstrar que nelas estava “a única oportunidade” de vencer a crise e promover no futuro o reencontro do país com “o sentido de prosperidade, avanço tecnológico e liberalização dos países ocidentais”, para usar as palavras de um editorial publicado pela “Folha” nos primeiros dias do ano.

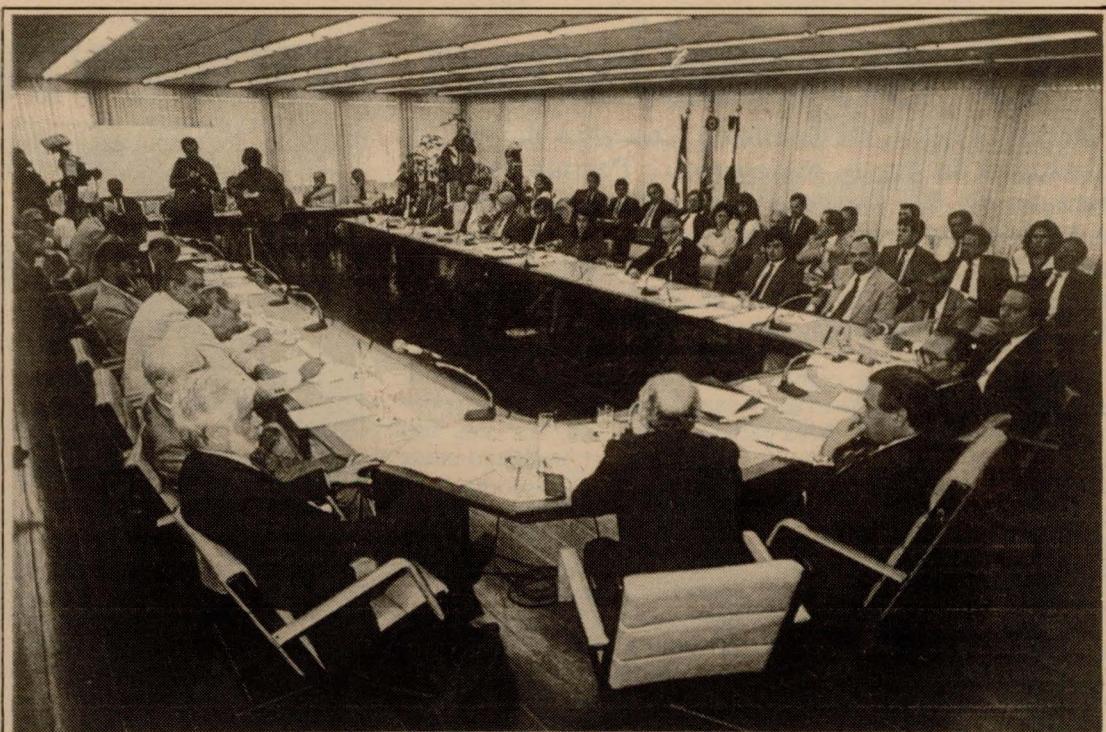
Além de antipopular, plano deixa intactas as causas da crise

O mais notável é que nos mesmos dias em que se desenvolvia o esforço conservador para convencer a sociedade brasileira a engolir as decisões impopulares surgiam novos dados, para demonstrar mais uma vez que além de causarem graves prejuízos à maioria da população e à soberania nacional tais medidas não serão capazes de enfrentar as verdadeiras causas que levaram o país ao atoleiro.

A direita insiste em dizer, por exemplo, que o Brasil só poderá voltar a crescer se oferecer maiores vantagens aos capitais externos, e permitir que eles retornem ao país. No dia 2, contudo, a própria agência de notícias americana Associated Press demonstrou que na última década a América Latina deixou de crescer não porque deixou de receber novos empréstimos, mas porque suas relações com o sistema financeiro internacional a obrigaram a enviar aos credores nada menos que 204 bilhões de dólares. Ao insistir em manter os laços com o sistema, a equipe econômica do presidente eleito permite que continue agindo um dos mecanismos que transformaram os anos 80 em “década perdida” para o Brasil e os demais países latino-americanos.

Nos juros internos, e não nas estatais, a origem do déficit

Os conservadores repetem alusivamente, também, que a privatização das estatais, se possível acompanhada de um drástico corte nos investimentos do Estado, é medida indispensável para eliminar o déficit público, e com ele a constante necessidade de promover emissões inflacionárias de moeda ou títulos da dívida interna. Porém, no dia 2 de janeiro, o ministro João Batista de Abreu, ele próprio um dos mais fervorosos defensores da privatização, foi obrigado a reconhecer que o déficit realmente ultrapassará todas as previsões este ano, atingindo 80 bilhões de dólares, 6% do Produto Interno Bruto; mas



Fórum Nacional “Anos 90” no Rio: aqui Modiano apresentou as propostas que Collor quer implementar

que a componente essencial desta conta, responsável por pelo menos 60 bilhões ou 75% das despesas sem cobertura feitas pelo governo, não são nem investidores públicos, nem as estatais, nem os salários do funcionalismo, mas os *juros internos* pagos pelo Estado aos seus credores. Por não prever qualquer medida efetiva em relação ao problema, a futura equipe de governo mantém igualmente intacta a causa principal do déficit público e da constante aceleração inflacionária.

A complicada tarefa de traír o programa defendido na campanha

A todos estes problemas veio somar-se um outro, de ordem política. Ele está relacionado com a contradição flagrante entre os interesses expressos pela candidatura Collor e o eleitorado ao qual ela apelou para tornar-se vencedora.

Constituída precisamente para enfrentar as forças progressistas que ameaçavam reverter o modelo de desenvolvimento pela qual o país se orienta há décadas, esta candidatura é virtualmente incapaz de contrariar os interesses poderosos que se beneficiam à sombra de tal modelo. Se o fizesse perderia rapidamente toda sua base de sustentação política.

Mas se para os conservadores o presidente eleito representava a manutenção de seus privilégios, para a massa de despossuídos que lhe deu a maior parte de seus votos ele aparecia precisamente como o *contrário*. Era o caçador de marajás, o homem que havia enfrentado Sarney, que prometia um surto de prosperidade e chegou a usar como símbolo de campanha uma bandeira brasileira, onde o distico tradicional havia sido substituído por “Collor é progresso”. Há enormes dificuldades agora em convencer

esta multidão de eleitores de que o *slogan* precisa ser entendido como “Collor é recessão”, ou “Collor é arrocho”, ou “Collor é desnacionalização”.

O apoiador de Collor declara: “se é assim, vou à greve geral”

É precisamente por isso que surgem as primeiras dificuldades para dotar o futuro governo de base política ou popular sólida. No dia 5, logo após tomar conhecimento de que os planos da assessoria econômica do presidente eleito causariam recessão o próprio sindicalista Luiz Antonio Medeiros, que aderiu abertamente a Collor durante a campanha, chegou a declarar: “Contra a recessão junto-me com a CUT e até com o diabo, e vou à greve geral”. Opuseram-se explicitamente aos planos recessivos ainda o empresário Oded Grajew, um dos líderes do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, e Dom Afonso Gregori, bispo de Imperatriz, que deu declarações em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Talvez por saber que terá de enfrentar as urnas dentro de apenas nove meses, o senador Ronan Tito, líder do PMDB no Senado, foi outro a declarar que o partido a que pertence negará apoio no Congresso às medidas recessivas e à privatização das estatais.

Por trás da briga dos economistas, choque de setores burgueses

Por fim surgiu um outro obstáculo, também relevante. Embora unidos em torno de Collor contra a esquerda, setores distintos da grande burguesia brasileira continuaram mantendo divergências quanto a certos aspectos do programa de estabilização econômica. A partir do dia 5 começaram a surgir sinais de que estas diver-

gências poderiam causar problemas para a própria composição da equipe econômica do presidente eleito, e para a definição de algumas das medidas a serem adotadas por ela.

Os grandes empresários de São Paulo, por exemplo, parecem refratários a aceitar até mesmo uma perda residual das enormes fortunas que acumularam em títulos da dívida pública. Bastou o economista Daniel Dantas, que compõe um dos dois grupos de técnicos que têm se reunido com Collor, propor o fim gradativo da correção monetária que incide sobre os contratos do setor público para que a imprensa paulista se lançasse a intensas especulações, procurando demonstrar que ela defendia na verdade decretar um feriado bancário de 15 dias, aplicar um “calote” na dívida interna e provocar artificialmente uma inflação de até 1.000% em um mês. No dia 10 foi a vez de “O Globo”, que tem feito rasgados elogios a Dantas contrariar, afirmando em manchete que o grupo de economistas reunido em torno de Zélia Cardoso planejava aplicar uma elevação brutal de impostos, que atingiriam num primeiro momento as empresas e em seguida seriam repassados aos consumidores, funcionando como mola propulsora de uma alta geral de preços. Ficou evidente a sensação de mal-estar entre as duas equipes de economistas e os dois setores do grande capital, e embora Zélia e Dantas tenham se encontrado no dia 10 nada indicava que a disputa tivesse se encerrado.

Com enormes dificuldades em garantir apoio político para as medidas impopulares que pretende adotar, e enfrentando problemas entre seu próprio conjunto de apoiadores, o presidente eleito transmitia no dia 11 uma imagem já bastante distinta daquela de homem decidido a austero que se esforçou em envergar durante a campanha.

O socialismo sobrevive na Albânia

Ronald Freitas, da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, representou o Partido na comemoração do 45º aniversário da Libertação Nacional da Albânia (ocorrida a 29 de novembro de 1944), permanecendo naquele país durante 15 dias. Em entrevista à Classe, ele fala sobre as conquistas da revolução e as novas batalhas do povo albanês.

Classe: Como foi a comemoração do 45º aniversário da Libertação Nacional da Albânia?

Freitas: Nas condições atuais, a comemoração do aniversário da revolução, em si, já constituiu um grande acontecimento, um fato histórico e jornalístico. Foram três dias de intensas atividades, que incluíram uma bela exposição de artes plásticas preparada com o objetivo de comemorar a data. A visita à exposição, que mostrou uma arte albanesa moderna, foi massiva. Ocorreu também um grande desfile popular e militar de comemoração, um desfile que contou com a participação de todos os segmentos da sociedade: operários, camponeses, mulheres, estudantes, veteranos da guerra de libertação e militares. O desfile foi encerrado com um espetáculo coreográfico realizado por jovens e crianças com temas da luta de libertação. Houve, ainda, um grande ato político, com a participação de mais de 3 mil delegados, no Palácio das Convenções, em que o primeiro-ministro Adil Çarçani, fez um importante pronunciamento político, com um balanço da revolução e uma análise da atual situação do país e do mundo.

Classe: Qual o balanço que os dirigentes albaneses fazem desses 45 anos?

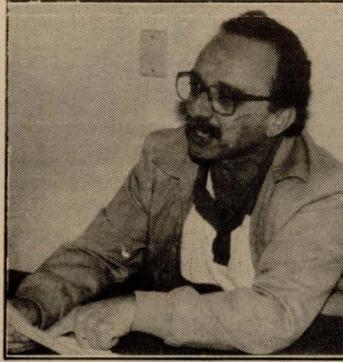
Freitas: Tem sido um período de inegáveis vitórias. A economia se desenvolve a contento, todas as metas dos planos quinquenais são cumpridas,

algumas até ultrapassadas. Para se ter uma idéia desses êxitos, somente nos últimos 12 anos a produção industrial aumentou duas vezes. É importante salientar que no período, desde 1978, a Albânia se desenvolveu exclusivamente com base nas forças internas do país, depois de romper com a China. Os atuais ritmos de desenvolvimento são maiores do que os anteriores e o desenvolvimento se materializa não apenas no campo econômico, mas também no cultural. Na agricultura, hoje, 75% dos jovens trabalhadores possuem escolaridade média, o que garante uma alta qualidade da força de trabalho. A indústria albanesa domina todo o ciclo tecnológico, de maneira a garantir a independência do país.

Classe: Evidentemente existem também problemas...

Freitas: Sim, o desenvolvimento ocorrido até o momento não significa que todos os problemas tenham sido resolvidos. A Albânia é um país pobre, viveu séculos sob o domínio estrangeiro e quando ocorreu a libertação nacional, em 1944, não se registrava nenhum desenvolvimento econômico e industrial moderno. Era um país atrasado e destruído pela guerra. O progresso, desde então, foi surpreendente e o povo hoje mantém uma forte identidade nacional e cultural.

As massas hoje exigem cada vez mais na Albânia. Mesmo tendo satisfeitas as suas neces-



Freitas: "a Albânia vai bem"

sidades básicas, no campo da habitação, da saúde, educação e outros, o povo criou novas e crescentes necessidades. Os dirigentes albaneses têm sensibilidade para isto e clareza de que é preciso avançar mais e mais. Um alto dirigente do país expressou parte desses problemas argumentando que atualmente não basta garantir a cada cidadão albanês um rádio portátil, pois hoje todos exigem um televisor e em cores. O país passa por uma ampla campanha de produção de bens de consumo para satisfazer as demandas do povo. Eu acredito que, com as questões mais básicas resolvidas (habitação para todos, saúde e educação públicas e gratuitas, em bom nível), a Albânia está em condições de dar um grande salto.

Classe: Com os acontecimentos no Leste europeu é de se esperar que a pressão imperialista sobre a Albânia se intensifique. Como os dirigentes do partido e do país vêem esta questão?

Freitas: O governo e o partido se preparam para enfrentar tal situação. E contam com uma poderosa arma para este combate, que é a grande unidade entre o partido e o povo. Não se trata de um slogan, mas de uma realidade insofis-

mável. O povo albanês é muito bem informado, tanto pela imprensa albanesa, pelo partido e inclusive por programas de rádio e televisão de outros países, como Itália e França. A unidade entre o povo e o partido na Albânia tem raízes históricas profundas. Ao contrário do que ocorreu na maior parte do Leste europeu — onde o Exército Vermelho teve papel de destaque na luta contra o nazi-fascismo — na Albânia a libertação foi obra do próprio povo, dirigido pelo Partido do Trabalho, que deu dignidade ao povo na luta contra a dominação estrangeira. O partido dirigiu sozinho a luta antifascista e isto teve continuidade. Todo o processo de discussão e construção do socialismo no país contou com uma grande participação popular, a coletivização — no caso a cooperativização do campo, por exemplo, foi um processo que demandou 20 anos, pressupondo um grande trabalho de persuasão dos camponeses com a manutenção da unidade entre a classe operária e o campesinato, a cidade e o campo, o partido e o povo. Outra coisa é a consciência que os dirigentes albaneses possuem de que a democracia é sinônimo de liberdade e participação das massas na condução do país e, por isto, tem de ser respeitada, preservada e ampliada sempre. Da mesma forma, é grande a consciência de que os interesses coletivos devem predominar mas jamais com o desrespeito aos interesses e direitos de grupos ou indivíduos.

Classe: Que ensinamentos o Partido e o povo tiraram da contra-revolução revisionista na União Soviética e demais países do Leste europeu?

Freitas: A Albânia está

atenta aos problemas que conduziram ao desvio do socialismo e a progressiva restauração do capitalismo. O partido estudou e estuda a experiência histórica e chegou à conclusão de que o problema básico é a luta contra o burocratismo. Lá se faz uma campanha de massas — na imprensa, na literatura, em discussões nas células do partido — contra o burocratismo. Burocratismo não significa apenas o exagero nas exigências e controle pelos órgãos públicos, mas representa sobretudo a separação entre partido e povo, com a criação de uma casta privilegiada. Na Albânia discute-se e coloca-se em prática uma série de medidas visando enfrentar tal problema, que tem caráter objetivo. Um exemplo é a rotatividade de quadros dirigentes no partido e no aparelho estatal. Há um nítido esforço para implementar a rotatividade, de forma a impedir a permanência de alguns indivíduos durante muito tempo em cargos de direção. Nas empresas não é condição para ocupar cargos de direção ser membro do partido, numa grande empresa agrária pude observar que há uma relação de 5 quadros não comunistas para cada um comunista. Enfim, os dirigentes albaneses sabem que o socialismo tem de ser dirigido cientificamente, o que possibilita a aplicação dos princípios no planejamento e na condução diária da economia, da política, etc. O albanês é um povo jovem, bem alimentado, dignamente vestido, saudável e alegre. Nota-se que ele tem confiança no futuro e expressa isto de várias formas, em especial nas artes e nos esportes. São grandes entusiastas do futebol e ferrenhos torcedores do Brasil.



Aspectos do desfile comemorativo da revolução. Na faixa, "marxismo-leninismo, doutrina viva e criadora"

Mensagem ao PC da Espanha

Recentemente o Partido Comunista da Espanha (m-1) comemorou o seu 25º aniversário, ocasião em que a direção do PCdo B enviou aos comunistas espanhóis a seguinte mensagem:

Ao camarada Raúl Marco
Ao Comitê Central do Partido Comunista da Espanha (m-1)
Queridos Camaradas:

O 25º aniversário do Partido Comunista da Espanha (m-1) atesta a força indestrutível dos ideais do marxismo-leninismo nas mais diferentes situações. É motivo de alegria e confiança na vitória de todos aqueles que aspiram por um mundo justo e fraterno, um mundo socialista.

No momento em que as fileiras do movimento operário se encontram de forma significativa dominadas pelo oportunismo, pela traição ao socialismo e ao comunismo por parte da União Soviética e outros países, a burguesia desenvolve grande campanha, através dos meios de comunicação de massas, decretando a falência do socialismo e do comunismo. Enganem-se, os ideais do socialismo e do comunismo encontram-se mais vivos do que nunca, na cons-

ciência dos que trabalham, produzem as riquezas e não usufruem dos seus frutos. A vitoriosa construção do socialismo na Albânia, sob a direção do Partido do Trabalho da Albânia — PTA, é o mais brilhante exemplo das possibilidades desse sistema social.

O Partido Comunista do Brasil — PCdoB saúda os camaradas e dirigentes do Partido Comunista da Espanha (m-1) por ocasião das festas de seu 25º aniversário, confiante de que, através de sua luta em defesa dos princípios e da pureza do marxismo-leninismo, saberá encontrar os meios e formas concretas de integrar esses princípios à realidade de seu país e de seu povo, de levá-los à vitória na sua luta emancipacionista.

Viva o 25º aniversário do Partido Comunista da Espanha (m-1)!
Viva o marxismo-leninismo!
Viva o internacionalismo proletário!

Viva a amizade entre o Partido Comunista da Espanha (m-1) e o Partido Comunista do Brasil!
Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

São Paulo, 6 de Dezembro de 1989

Mudanças, mas jamais na via revisionista

Durante a comemoração do 45º aniversário da Libertação Nacional da Albânia, o primeiro-ministro Adil Çaçani fez um importante pronunciamento para mais de 3 mil convidados no Palácio das Convenções em Tirana, defendendo os princípios do marxismo-leninismo e o desenvolvimento independente do país, fora dos sedutores e envolventes tentáculos do imperialismo. A Classe publica trechos do discurso.

“Desde há algumas décadas, quando os revisionistas impuseram seu curso na União Soviética e em alguns outros países, o Partido do Trabalho da Albânia e o camarada Enver Hoxha declararam claramente que esse curso minaria as relações socialistas e conduziria à restauração do capitalismo, que acarretaria crises, fracassos e grandes decepções. Atualmente, mesmo aqueles que observam uma atitude cética em relação a essas análises de nosso Partido são obrigados a reconhecer que o Partido do Trabalho da Albânia estava repleto de razão. O camarada Ramiz Alia declarou no 8º pleno do Comitê Central do Partido que não foram o comunismo e a doutrina de Karl Marx que foram vencidos nesses países, mas foram o abandono do caminho socialista, a substituição da ideologia proletária pela ideologia burguesa os fatores que conduziram a uma depreciação multilateral.

“Nosso Partido não considerou a luta contra o revisionismo como uma simples polêmica teórica, mas também como uma questão profundamente prática, que tem a ver com os destinos da sociedade socialista. É por isso que ele não se limitou apenas à crítica contra o revisionismo, mas também tirou as lições do que se passou nos países onde os revisionistas estão no poder e tomou medidas para que uma semelhante tragédia não ocorresse em nosso país. Este é um mérito marcante do nosso Partido. É assim que agimos mesmo atualmente. Os acontecimentos nos países do Leste europeu nos convenceram ainda mais de quanto foi fundamentada de importância vital essa atitude.

Desenvolvimento dialético

“Nossa concepção sobre o socialismo que construímos não foi e não é uma concepção rígida. Nós consideramos que nossa sociedade socialista encontra-se em desenvolvimento e renovação dialética incessantes. No processo desse desenvolvimento qualquer coisa que envelheça e se torne obstáculo, novos problemas que surgem, não podem ser resolvidos pelas formas e métodos então existentes, vêm-se criar novas possibilidades não existentes anteriormente e se abrirem novos horizontes, ainda mais amplos. Portanto, não fetichizamos nada e não hesitamos em mudar aquilo que deve ser mudado. Ao contrário, sempre procuramos e continuamos procurando novas soluções, a fim de poder responder melhor às mudanças que se operam, às exigências da atualidade, às novas condições e possibilidades criadas. Mas nós realizaremos essas mudanças, em todos os momentos, no quadro do sistema e de nossos princípios socialistas, jamais à margem deles, jamais na via de reformismo revisionista e do capitalismo. Temos uma confiança inquebrantável no socialismo, enquanto ordem social mais justa, mais democrática e mais hu-

mana, que está em condições de relevar todos os desafios da história, de resolver todos os problemas sobre a base das relações socialistas e de abrir horizontes ilimitados ao progresso em todos os domínios.

“Nossa garantia segura para marchar adiante pela via radiosa do socialismo foi e continua sendo o nosso Partido. A experiência de 45 anos da Albânia socialista prova que a existência do partido marxista-leninista, a direção indivisível e a união monolítica do povo em torno do partido, representa o fator decisivo para a existência de uma verdadeira ordem socialista, a principal garantia para sua edificação, sua defesa e seu desenvolvimento irresistível rumo a novos êxitos. A Albânia não conheceu a tragédia revisionista porque em nosso país, aplicando passo a passo os ensinamentos do marxismo-leninismo e do camarada Enver Hoxha, o Partido permaneceu sempre revolucionário, sempre puro em seus princípios proletários e sempre forte porque jamais permitiu o enfraquecimento e o flexionamento de sua direção em toda a vida de nossa sociedade socialista, porque em nosso país o Partido soube preservar e consolidar sempre os seus laços com as massas.

“Um dos problemas fundamentais do socialismo é o desenvolvimento e o aprofundamento incessantes da democracia socialista, a participação sempre maior e mais eficaz das massas na solução dos problemas sociais e estatais, na definição da política e na tomada de decisões, no exercício de seu controle sobre cada pessoa e em todos os setores. Tirando os ensinamentos do que ocorreu na União Soviética e em alguns outros países onde as deformações burocráticas e o afastamento das massas da gestão do país abriram caminho ao revisionismo e levaram à degenerescência do Estado socialista, nosso partido travou uma luta resoluta contra esse grande perigo. Mas nós não consideramos essa luta como algo que já chegou ao fim. A luta contra o mal do burocratismo e para abrir novas possibilidades ao desenvolvimento da democracia das massas e à consolidação das relações entre o Partido e o poder com o povo, permanece na ordem do dia.

Caminhos originais

“Mesmo nossa economia socialista se desenvolveu dentro de novos caminhos originais. Ela se adaptou às condições de nosso país e às necessidades de nosso povo. As relações de produção socialistas abriram grandes possibilidades de desenvolvimento às forças produtivas. Mas entre elas surgem contradições que devem ser resolvidas a tempo e de maneira justa. O essencial reside em que as relações de produção servem para estimular as pessoas a se interessarem pelo trabalho e pela produ-



Adil Çaçani discursa no Palácio das Convenções e garante: a Albânia rejeita os falsos encantos do imperialismo

ção, para harmonizar de maneira justa o interesse geral da sociedade com o interesse de grupo e de cada trabalhador, eliminando os métodos simplesmente administrativos da gestão da economia e substituindo-os por métodos econômicos.

“Nós consideramos o presente e o futuro de nossa sociedade socialista em movimento e desenvolvimento dinâmico incessante, procurando resolver continuamente os novos problemas que surgem. Nosso Partido declarou abertamente que nossas posições não mudarão jamais no que se refere às questões cardeais de princípio, como a defesa da liberdade, da independência e da soberania nacional de nossa pátria socialista, o papel dirigente de nosso partido marxista-leninista em toda a vida do país, a proteção e a consolidação da propriedade socialista e de nosso poder popular, a distribuição segundo a quantidade e a qualidade do trabalho de cada um. Em relação a todos esses problemas cardinais nosso Partido e nosso povo aguçarão sempre a vigilância e encetarão uma luta de princípio de classe contra toda coisa que possa ofuscar, enfraquecer e atentar por pouco que seja contra as posições de princípio e os interesses supremos do socialismo e da pátria.

Política externa

“Nós não aderimos às integrações políticas, econômicas e militares que hoje estão em moda, não por causa de particularismos, mas porque não queremos ver nossa soberania e nosso julgamento independente limitados e para que nossos atos não sejam entravados por condições contratuais. Nós nos opomos a essas integrações estando plenamente convencidos que toda aproximação e cooperação entre os povos, não importa em que setor, só pode ser realizada entre Estados totalmente livres, soberanos e iguais, nunca à base das políticas hegemônicas e expansionistas.

“Basta a presença das potências imperialistas nessas integrações e seu papel determinante para com-

prender que direitos gozam os demais parceiros, quanto é ouvida a sua palavra e quanto seus interesses são levados em consideração.

“Somos acusados de praticar uma política isolacionista uma vez que nos contrapomos à política agressiva das superpotências, aos métodos neocolonialistas de exploração dos povos, como os créditos e as dívidas escravizantes, o sistema discriminatório e de exploração estabelecido pelo grande capital nas relações econômicas internacionais. Se por isolamento eles subentendem nossa recusa em aderir a semelhantes engrenagens, nós repetiremos com vigor que a Albânia socialista não aceitará nem aceitará jamais semelhantes ligações.

Preço baixo

“É certo que esta atitude resoluta nos obrigou a consentir sacrifícios, porque assim é e continua sendo o mundo, cheio de ameaças e de chantagens, de perigos e coisas inesperadas.

“Mas é um preço baixo se comparado aos benefícios enormes que esses sacrifícios trouxeram à nossa segurança e à nossa soberania, à defesa da pátria, a essas conquistas socialistas.

“A Albânia tem desejado a amizade e a colaboração com todos os países, sobre a base da liberdade e em pé de igualdade, respeitando a soberania de cada um, o direito de cada país de escolher livremente e sem intervenção o sistema social que deseje, sobre os princípios conhecidos e aceitos por todo mundo da coexistência pacífica.

“Nós temos apoiado o direito inalienável de todo povo a viver livre, independente e soberano em sua pátria, e não apenas como uma concepção ideológica, porque não podemos recusar aos outros aquilo que desejamos para nós mesmos.

“A Albânia estará sempre ao lado daqueles que defendem a li-

berdade e a independência ameaçadas pelos objetivos imperialistas e se solidarizará sempre com as forças revolucionárias, de libertação e democráticas no mundo, com todos aqueles que são contra a guerra e pela paz.

“Atendo-se a esse princípio, a esse critério fundamental, temos feito nosso julgamento sobre os acontecimentos na Europa. A Albânia se pronunciou contra a divisão da Europa em blocos militares, contra a presença de bases estrangeiras em seu território, contra o enfrentamento global e a guerra fria, contra a criação de uniões econômicas fechadas. Todas essas divisões e dissensões causarão grandes inconvenientes aos povos. Estas mantiveram os povos sempre em tensão, num estado de insegurança geral suscitado pela rivalidade e pela agressividade desenfreada das superpotências sobre nosso continente, sob o terror da guerra atômica. Os recentes acontecimentos no Leste europeu criaram uma situação confusa, que torna ainda mais delicados os pontos de equilíbrio existentes.

“Uma vez que as mudanças recentes são o resultado das depreciações ideológicas e políticas que apareceram nos anos 60, não se sabe ainda quais serão seus possíveis desfechos internos e externos. Atualmente no Oriente e no Ocidente essas mudanças causaram muitas ilusões e as mais diversas foram de euforia. Mas uma coisa é certa — na confrontação com a realidade as ilusões rapidamente se transformam em desilusões e a euforia em desespero. Os perigos surgidos pela criação de situações instáveis nesses países podem ter conseqüências nocivas não somente para seus povos mas também para as relações internacionais.

“É desejável e interessa a todo o mundo que a confrontação na Europa seja substituída pela colaboração multilateral. Mas se essa colaboração for condicionada por exigências conduzindo a mudanças políticas e de sistemas econômicos de diversos países, então essa colaboração será de novo uma confrontação sob nova denominação.”

Leste europeu, um elo frágil da cadeia imperialista

Umberto Martins

O aspecto econômico central do processo da restauração capitalista no Leste europeu, e também uma das principais causas da crise que abala a região, foi sua progressiva reincorporação ao imperialismo. O resultado, hoje flagrante, foi um endividamento externo colossal e de conseqüências dramáticas, especialmente na Romênia durante a tirania da família Ceausescu.

“O capitalismo”, já dizia Lênin, “transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’.”

Uma análise mais atenta da situação do Leste europeu hoje mostra que a observação do líder revolucionário russo, muito embora tenha sido feita em 1920, continua bem atual. Com efeito, a marcha à ré na história da região, notada e denunciada pelos marxistas-leninistas desde o seu início na segunda metade da década de

50, tem sido sobretudo e basicamente uma trajetória de capitulação e concessões ao imperialismo, especialmente no campo econômico.

Os revisionistas criaram uma espécie de capitalismo dependente

Agora não é difícil constatar que a obra levada a termo pelos revisionistas culminou com a criação na quase totalidade daqueles países de uma espécie de capitalismo dependente, cuja particularidade consistia até há pouco em ser um capitalismo predominantemente esta-

tal, voltado para a extração de uma massa apreciável de mais-valia em favor da acumulação do capital financeiro internacional.

Se é verdade que nas décadas de 50 e 60 países como a Romênia, Bulgária, Polônia, Checoslováquia e Hungria encontravam-se subjugados pelo imperialismo soviético, os fatos da vida econômica evidenciam que tal realidade mudou. A URSS ainda mantém certo domínio sobre a região, principalmente em função do seu poderio militar, mas o exclusivismo de sua hegemonia é coisa do passado. Os laços com o imperialismo Ocidental mostraram-se mais potentes e eficazes.

Aliás, a decadência do domínio soviético acaba de ser expressa nas mudanças promovidas no Comecon, algo como um reconhecimento de falência desta aliança econômica entre os países até então subordinados a Moscou, que abandonará o sistema de preços planejados e de subsídios

no comércio entre seus membros e passará a ser orientado pelo mercado, com transações feitas à base de moedas fortes (de preferência, o dólar).

A história da “abertura” e concessões ao imperialismo no Leste europeu, detonadas pelas reformas patrocinadas por Kruschchev, e na Iugoslávia por Tito, atingiu dimensões alarmantes na atualidade. Na própria União Soviética, segundo informações recentes divulgadas pelo Ministério das Finanças, mais de mil empresas estrangeiras firmaram contrato para a formação de **joint-ventures**, tendo o órgão registrado 1.284 desses contratos, com um capital superior a 3 bilhões de dólares despendidos nessas transações.

Porém, o entrelaçamento com o imperialismo norte-americano, europeu e japonês não se verifica principalmente através dos investimentos diretos, com a instalação de multinacionais na região. O laço de sujeição é sobretudo financeiro e está expresso nas gigantescas dívidas externas contraídas pelos governos revisionistas.

Embora as informações disponíveis a respeito sejam precárias e nem sempre confiáveis, mesmo na União Soviética as estimativas mais conservadoras do governo dão conta de que o país contraiu débitos superiores a 50 bilhões de dólares com os bancos ocidentais. Na Alemanha Oriental, segundo estatísticas oficiais divulgadas recentemente, a dívida externa alcançou o valor de 20,6 bilhões de dólares no final do ano passado. Na Bulgária os dirigentes preferem ocultar a dimensão de seus débitos externos, enquanto na Checoslováquia comenta-se que eles superam a casa dos 10 bilhões de dólares.

Já as informações disponíveis no Relatório do Banco Mundial sobre o endividamento da Hungria, Polônia, Romênia e Iugoslávia (pioneira nas concessões ao imperialismo), revelam que em muitos aspectos o endividamento da região foi mais sério e de efeitos tão ou mais devastadores que, por exemplo, o da América Latina. O débito **per capita** é altíssimo, em alguns casos bem superiores ao de países como o Brasil, conforme mostra o quadro abaixo, elaborado com base nos dados do Banco Mundial para o ano de 1986:

Como na América Latina os laços de dominação são financeiros

Outros coeficientes do débito também evidenciam que o seu peso na economia é grandioso, particularmente na Hungria, onde a dívida externa total a longo prazo equivalia em 1986 a quase 60% do Produto Nacional Bruto, enquanto os serviços importavam em 17,3% do PNB do mesmo período e a 35,9 das exportações, de acordo ainda com o Banco Mundial.

Dívida a longo prazo como percentual do PNB em 1986.

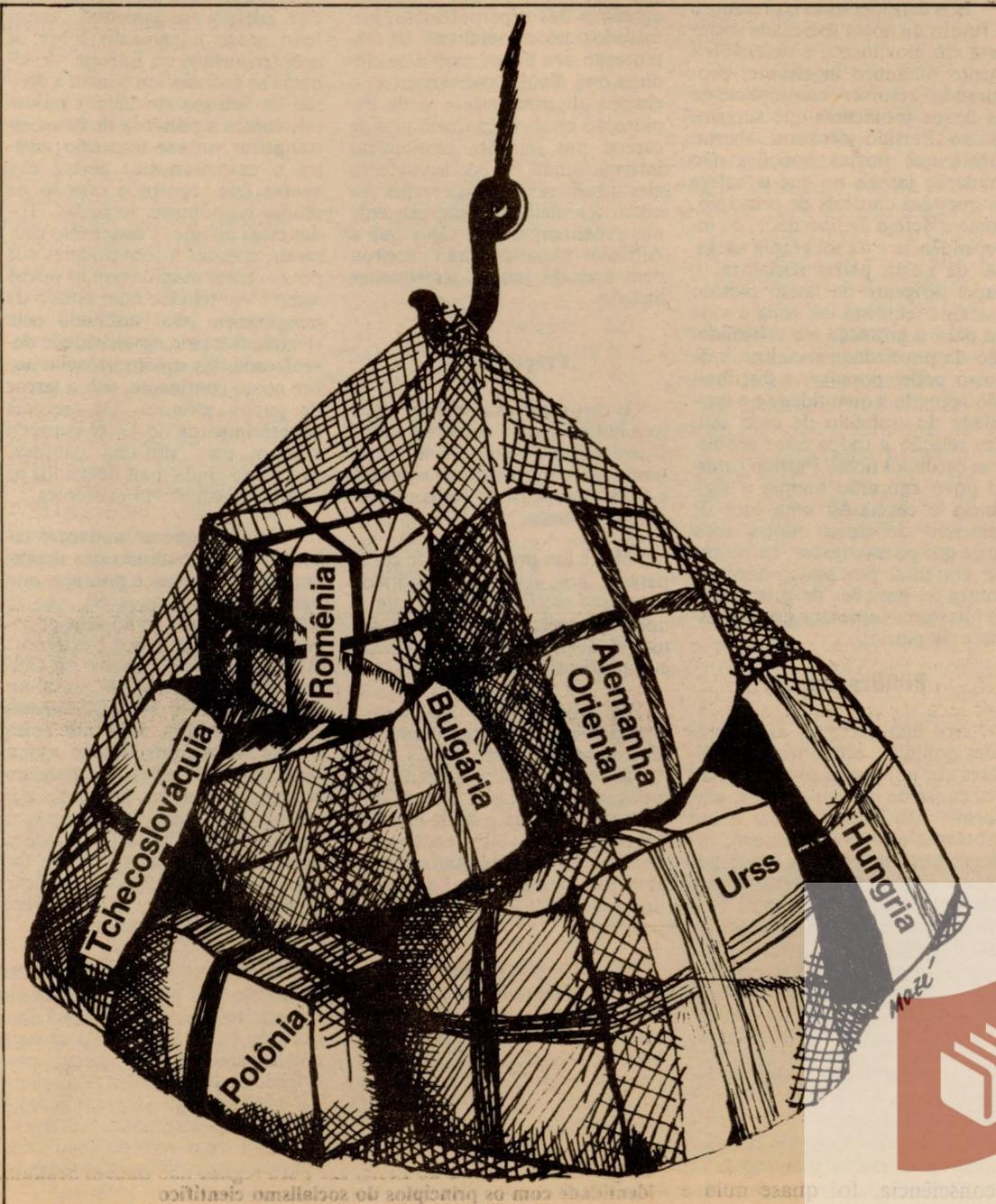
Hungria	59,6
Polônia	48,5
Iugoslávia	27,8
Brasil	37,6

Total do serviço da dívida a longo prazo como percentual do PNB e das exportações, em 1986

País	% do PNB	% das exportações
Hungria	17,3	35,9
Polônia	3,6	18,5
Iugoslávia	4,2	17,2
Brasil	4,1	41,8

Naturalmente a carga mostrou-se demasiadamente pesada para as economias da região. A exigência de pagamento dos juros e mesmo do principal das dívidas feita pelos banqueiros estrangeiros nestes anos 80 conduziu o Leste ao pântano do empobrecimento e da degradação multilateral da vida de seus povos, consistindo, sem sombra de dúvida, no pano de fundo da crise na Romênia, Polônia, Hungria etc., tal como vem ocorrendo nos países da América Latina.

As estatísticas do Banco Mundial patenteiam que também por lá a década de 80 pode ser considerada como a “década perdida” ou “da perdição” como, por aqui, costumam argumentar alguns analistas da crise econômica. A comparação entre o crescimento anual médio do PIB e da indústria entre os períodos de 1965-80 e 1980-86 fornece uma prova incontestável dos estragos produzidos pelos débitos (embora, mais uma vez, os dados do BIRD se restrinjam à Hungria, Polônia e Iugoslávia).



País	Dívida (em US\$ milhões)	População (milhões)
Hungria	17.218	10,6
Polônia	36.638	37,5
Romênia	6.539	22,9
Iugoslávia	21.364	23,3
Brasil	110.675	138,4

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Major João Grabois

País	PIB		Indústria	
	1965-80	1980-86	1965-80	1980-86
Hungria	5,6	1,6	6,4	1,3
Polônia		1,5		
Iugoslávia	6,0	1,2	7,8	1,1

Não há melhor classificação para tal desempenho do que o de estagnação econômica, que em alguns anos significou profunda recessão econômica e cujos reflexos na sociedade nós, brasileiros, conhecemos sobejamente: traduz-se no rebaixamento global do nível de vida, no arrocho salarial e desequilíbrios múltiplos do organismo econômico (crescimento do déficit público, inflação e outras pragas).

As estatísticas mostram, ainda, que o esforço para transferir lucros ao exterior em benefício do capital financeiro exigiu, como contrapartida, o sacrifício dos investimentos internos, fenômeno que, como sabemos, desdobra-se num processo de intensa e rápida obsolescência e mesmo sucateamento do parque industrial, que naqueles países tem redundado na falência de inúmeras fábricas. Eis como evoluiu a taxa média do investimento interno bruto nos dois períodos referidos.

País	1965-80	1980-86
Hungria	7,0	-3,2
Polônia		-0,8
Iugoslávia	6,2	1,6

Da mesma forma, como efeito e mecanismo da redistribuição da renda produzida naqueles países em favor dos banqueiros estrangeiros, a taxa de inflação cresceu sensivelmente, como revela a comparação do índice de preços nos dois períodos divulgada pelo Banco Mundial.

País	1965-80	1980-86
Hungria	2,6	5,4
Polônia		31,2
Iugoslávia	15,3	51,8

O processo de ajuste interno nesses países, com a finalidade de viabilizar e proceder o pagamento dos débitos, guarda profunda identidade com o que ocorreu no Brasil e na América Latina, inclusive no que se refere ao monitoramento exercido pelos credores. Na Romênia os desdobramentos foram particularmente patéti-

cos.

No início da década a dívida romena superava 10 bilhões de dólares e Ceausescu adotou um inédito plano para pagar os débitos de acordo com o FMI. Decidido a saldar não apenas os juros como o principal, conseguiu reduzir o total dos débitos a pouco mais de 6 bilhões de dólares em 1986 e, a acreditar no que andou divulgando, a quase zero no final do ano passado.

Para alcançar tal proeza, entretanto, promoveu um corte drástico nas importações e uma política de exportações maciças, que se revelou suicida, vendendo principalmente alimentos e fazendo com que desaparecessem dos supermercados todo tipo de produto — foi forçado a racionar até o pão. No setor energético, o déspota ordenou que o Exército assumisse a direção das usinas, acabou cortando o fornecimento de energia, obrigando a população enfrentar o rigoroso inverno sem eletricidade e prejudicando o abastecimento da indústria, conduzindo o país a uma brutal recessão. Os resultados não poderiam ser diferentes.

Da mesma forma, na Hungria o governo firmou um

acordo com o FMI em 1982 e aplicou uma política recessiva e inflacionária, cortando os subsídios aos alimentos e levando à falência dezenas de empresas, provocando o desemprego e a rebaixa dos salários. A Polônia pediu readmissão no FMI e no Banco Mundial (o que acabou sendo concedido em junho de 1986) e igualmente aplicou uma política econômica de acordo com o figurino imperialista, elevando os preços dos alimentos em 40% em 1988, transporte e aluguéis em 50%, gasolina em 60%, enquanto corrigia os salários com um índice de apenas 20%, fazendo com que o movimento operário reagisse com greves massivas.

Generosas "ajudas" que aprofundam a dependência externa

Esses exemplos evidenciam que o pano de fundo da crise no Leste europeu reside no desequilíbrio econômico imposto a todo o planeta pela estratégia imperialista dos Estados Unidos, Japão e CEE. Os desdobramentos políticos favoráveis ao capital da crise por ele mesmo criada levou o imperialismo a agir com cautela, procurando de um lado aprofun-

dar os laços de dependência da região, enquanto por outro fornece novos e volumosos empréstimos (estimados em cerca de 5 bilhões de dólares) com o objetivo de aliviar a tensão naqueles países para favorecer os novos grupos políticos que empalmaram o poder e procedem a reformas institucionais de caráter inegavelmente burguês. É possível que, a curto prazo, a crise seja amenizada, mas os problemas da região não serão solucionados sem romper com o modelo de desenvolvimento econômico dependente erigido pelos dirigentes revisionistas.

A trajetória do Leste europeu comprova o estreito entrelaçamento entre a questão nacional e o socialismo — ali os países retornaram ao capitalismo como elos frágeis da cadeia imperialista e a subordinação ao capital financeiro (meio pelo qual foram impostas relações de produção burguesas) é o próprio atestado do caráter de classe dos regimes revisionistas, evidenciando que não é possível socialismo sem independência econômica, assim como, inversamente, é impossível na atual etapa histórica a conquista da soberania sem socialismo.

Degradação revisionista

Os regimes revisionistas do Leste europeu, implantados na década de 50, conduziram os países da região a uma degradação de múltiplas faces, que se revela em todas as esferas do tecido social, na esteira da restauração capitalista.

Os partidos comunistas perderam a cor vermelha e o caráter proletário, foram transformados em organizações social-democratas, elitistas, enquanto as democracias populares e o poder do proletariado foram substituídos por um Estado autoritário permeado pelo burocratismo, baseado no sufoco das liberdades do povo, marcado pelo nepotismo e por um estilo de vida nababesco e corrompido das elites dirigentes, cuja expressão mais grotesca foi a tirania de Ceausescu.

O estudo isento da realidade histórica mostra que tais regimes nada tinham de socialistas, muito menos eram dirigidos com base no marxismo-leninismo e no planejamento científico da produção, assim como a crise que sacode o Leste não é senão um aspecto da crise do imperialismo (depois do restabelecimento das relações de produção capitalistas, com base principalmente na subjugação neocolonial e no estrangulamento financeiro imposto pelos países "avançados").

Com efeito, o socialismo não é possível sem a ampla e massiva democratização da vida política e do poder em todas as esferas da sociedade, uma vez que não é outra coisa senão o governo, a administração, de milhões, o primeiro passo para a auto-regulação

da sociedade, conforme Lênin e outros dirigentes marxistas salientaram em diferentes ocasiões. Não é possível, portanto, com a separação entre partido e povo e a burocratização dos quadros e elites dirigentes, tal como ainda hoje se observa nos países do Leste europeu. Da mesma forma, é pilhéria falar em relações de produção socialistas em economias completamente subjugadas pelos monopólios estrangeiros e, por isto mesmo, reprodutoras de relações de produção e apropriação capitalistas, geradoras e mais-valia e inseridas no mecanismo internacional escravizante de acumulação e centralização do capital pelos magnatas das finanças dos Estados Unidos, Japão e CEE.

No entanto, não é menos verdade que prevalece junto à opinião pública de todo o mundo, a começar pelos povos que foram vítimas dos regimes revisionistas, uma outra representação desta mesma realidade, a aparência — que hoje, inegavelmente, se constituiu em senso comum — de que a tragédia vivida no Leste europeu é consequência do socialismo, revelando os efeitos concretos da orientação marxista-leninista e a falência do comunismo.

Em certa medida, é inevitável que assim seja no atual momento histórico, principalmente junto a povos como o romeno, polonês, húngaro etc. E é compreensível, uma vez que os dirigentes dos países da região sempre se mascararam de marxistas-leninistas, realizaram toda obra de traição e restauração capitalista em no-

me do socialismo que, ali, seria pretensamente o "socialismo real e renovado". E, ainda hoje, enquanto encenam uma comédia de arrependimento e "autocrítica", transformam-se de "comunistas" em social-democratas e juram lealdade eterna à "democracia"; os mesmos revisionistas atribuem à "orientação socialista" ("stalinista"), imprimida por eles até então, a razão da degradação social e política, dando continuidade ao que sempre fizeram: combate desvairado e desleal ao marxismo-leninismo e, conseqüentemente, ao socialismo científico. E haja hipocrisia! Quando o povo se volta contra eles o alvo é aparentemente o socialismo, o marxismo, que eles, por convicção e "arrependimento", oportunamente abandonaram.

Torna-se mais fácil compreender o drama que se desenrola na consciência da história no Leste europeu quando se leva em conta que o processo revolucionário que resultou na formação das democracias populares no pós-guerra ocorreu na grande maioria daqueles países sem um maior enraizamento de massas dos partidos comunistas, tendo sido em boa medida auxiliado e dependente do Exército Vermelho. Ao lado disto, a construção do socialismo foi incipiente e a degenerescência revisionista dos partidos e do Estado na verdade deu-se antes mesmo que o socialismo, como modo de produção, fosse implantado. Desta forma, a experiência daqueles povos com o socialismo, processo que forma a consciência, foi quase nula e

não existiu resistência ao revisionismo de uma ótica socialista e avançada.

O mesmo não se pode dizer da União Soviética. Ali a experiência de construção do socialismo foi mais longa, o novo modo de produção já estava plenamente implantado na década de 30 e seus frutos, como a ausência de desemprego e o crescimento incessante do nível de vida das massas, foram colhidos por um bom período, inclusive mesmo depois da subida dos revisionistas ao poder, uma vez que a restauração capitalista não ocorreu de imediato.

Ainda que a reação ao revisionismo não tenha se manifestado prontamente, hoje nota-se uma sensível oposição popular às relações de produção capitalistas restauradas

naquele país; as cooperativas privadas e os novos burgueses soviéticos são abertamente hostilizados pelos trabalhadores e já se tem notícia do surgimento de organizações inspiradas no marxismo e orientadas para a defesa dos princípios do socialismo. No dia 31 de dezembro, por exemplo, o jornal "O Estado de São Paulo" noticiou que 10 grupos políticos da Federação Russa divulgaram um manifesto criticando "a propaganda pró-ocidental e os empreendimentos neocolonialistas com empresas estrangeiras", que estão sendo patrocinados por Gorbachev e políticos como Boris Yeltsin. O documento também repudia as concessões capitalistas à iniciativa privada e a implementação de mecanismos de mercado na economia da URSS.



Ceausescu, expressão do nepotismo e da corrupção dos dirigentes revisionistas do Leste. Ele e seu regime não tinham nenhuma identidade com os princípios do socialismo científico

CDM

Centro de Documentação e Memória

Panamá: a baioneta ianque na garganta da América Latina

Dia 20 de dezembro de 1989: 22 mil e 500 soldados americanos invadem o Panamá, consumando o domínio territorial dos EUA sobre esse pequeno mas estratégico país da América Central. Pretexto da invasão: capturar o general Manuel Antonio Noriega, acusado pelos EUA de tráfico de drogas. O governo ianque mobilizou os 13 mil homens e todo arsenal estacionado permanentemente na região do canal do Panamá; e ainda enviou em reforço mais 9 mil 500 marines para "trucidar o inimigo".

Dino Magnoli*

Os entendidos em assuntos militares devem ter achado um exagero dos americanos, uma vez que as tropas de Noriega, somados Exército, Marinha e Aeronáutica, eram de 7 mil e 300 homens, mal treinados e mal armados. Ainda assim, os panamenhos fizeram alguns estragos nas forças ianques, enquanto a população civil foi impiedosamente atingida pela invasão: houve muitos mortos, feridos e desabrigados.

Conclusão tardia

A invasão do Panamá já vinha sendo preparada desde 1987, ano em que Noriega foi acusado por Reagan de auxiliar o narcotráfico que abastece o generoso mercado norte-americano. O mínimo que se pode dizer é que se trata de uma conclusão tardia, pois enquanto Noriega foi informante da CIA, inclusive durante o período que George Bush dirigia a organização, nenhum ianque se queixou de seus serviços. Nem mesmo quando Noriega colaborou com a venda ilegal de armas americanas ao Irã para arrecadar dinheiro a fim de financiar os contras da Nicarágua.

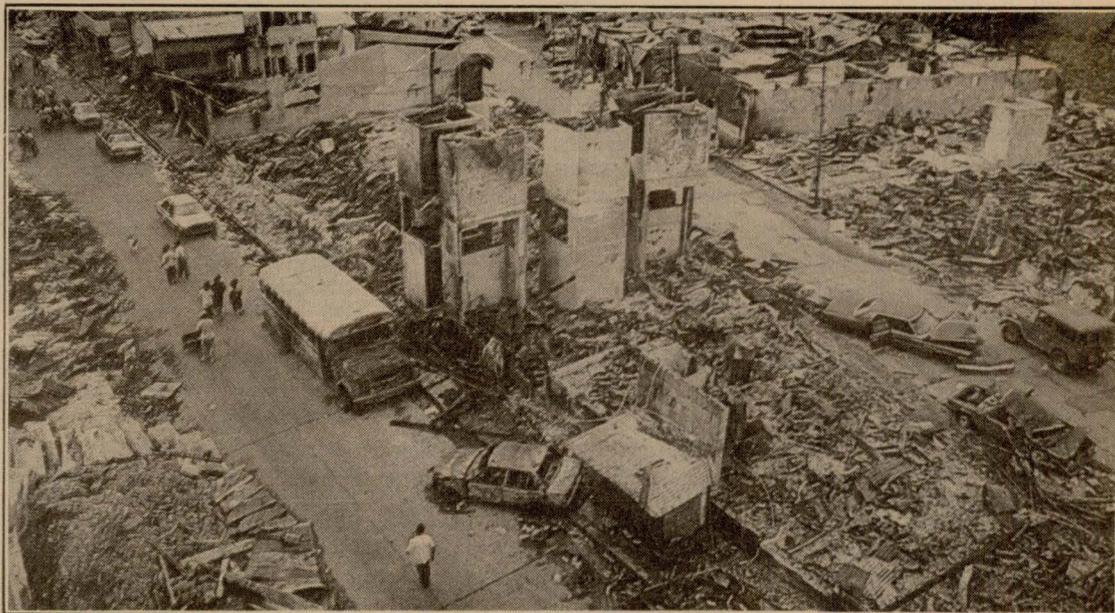
Na verdade, a intenção norte-americana é clara: o imperialismo não pretende entregar o Canal aos panamenhos no ano 2000 como está previsto. Os EUA já ocuparam militarmente o Panamá em 1908, 1912 e 1818. A própria criação do Canal foi fruto de intervenção político-militar, uma vez

que até o início deste século o país fazia parte da Colômbia. A partir de 1850 a revolução industrial intensificou o transporte mercante marítimo e a idéia de se construir um canal através do Istmo do Panamá, ligando o Atlântico ao Pacífico, existente desde 1534, tornou-se sedutora. Já em 1881 o engenheiro francês Ferdinand de Lesseps, que havia construído antes o Canal de Suez no Egito, conseguiu uma concessão para a construção do canal, mas não obteve êxito na obra.

A primeira tentativa de controle americano sobre o Istmo do Panamá foi feita em 1903, quando o Congresso colombiano recusou-se a assinar o tratado Hay-Hérram com os EUA, que concedia o aluguel de uma faixa de 100 quilômetros para a construção do canal. Os EUA passaram a sustentar financeira e militarmente (com o envio de marines) grupos políticos reacionários do Panamá que organizaram um movimento armado de separação do Panamá da Colômbia. Após a "independência" os americanos conseguiram a concessão em caráter perpétuo da zona do canal, através do tratado de Bunau-Varilla e concluíram a construção do canal em 1914.

Novo acordo

A presença americana e o direito de intervenção dos EUA no Panamá pareciam incontestáveis e até naturais. Mas em 1968, Omar Torrijos, coronel do Exército paname-



Pequena amostra dos efeitos da invasão ianque: tudo em nome da democracia e dos bons costumes

no, liderou um golpe militar e, embora populista, implantou um governo nacionalista no país, realizando a reforma agrária nas grandes propriedades improdutivas e promovendo transformações que favoreceram a população mais pobre. Torrijos questionou a legitimidade dos acordos que concediam aos americanos a exploração perpétua e o canal e em 1977 fechou um novo acordo com Jimmy Carter, que garantia a partir daquele ano que a Comissão de Operação do Canal do Panamá, uma agência do governo americano constituída por nove pessoas, passaria a ser binacional e, ainda, que a partir de 1990 a comissão seria presidida por um panamenho e que no dia 31 de dezembro de 1999 os

EUA devolveriam integralmente o Canal ao Panamá, retirando as forças militares estacionadas na região. Este acordo passou a ser um ponto de discórdia entre EUA e Panamá principalmente a partir do governo Reagan.

Omar Torrijos foi assassinado em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Noriega assume a guarda nacional em 1983 e passa a ser o principal líder político do país. Em 1989 o seu candidato à Presidência, Francisco Rodrigues, venceu as eleições, mas os EUA e observadores europeus não reconheceram o pleito, alegando que houve fraude no processo eleitoral — denúncia que, de resto, nunca foi comprovada. Até o momento da invasão, Noriega contava com o resul-

tado dos setores populares, sindicatos, estudantes e intelectualidade de esquerda. O chefe militar panamenho evidentemente não é um poço de virtude, mas sua luta contra os americanos significava um importante núcleo de resistência ao domínio ianque. Os EUA levarão adiante a farsa de defensores da democracia e da liberdade, inclusive dando posse ao candidato derrotado Guillermo Endara, que é um simulacro de presidente, ligado aos interesses americanos e pronto a realizar uma política servil, mas a invasão do Panamá foi e continuará sendo repudiada pelos povos da América Latina.

* jornalista e professor da Unesp-Bauru

Repúdio à invasão

O PCdoB condenou energeticamente a invasão do Panamá pelos Estados Unidos. A Classe publica a íntegra da nota divulgada pelo Partido sobre o episódio.

Os Estados Unidos adotam mais uma vez a política das canhoneiras. Com o falso e ridículo pretexto de defender a democracia, tropas americanas bombardeiam e invadem o Panamá, massacram a população civil, implantam o terror.

Em primeiro lugar, é inaceitável que qualquer nação tenha que submeter o seu regime político ao governo norte-americano. Depois, o imperialismo, que fomentou golpes e ditaduras sanguinárias no Chile, Bolívia, Brasil, Nicarágua, El Salvador e em diversos outros cantos do mundo, não pode ser aceito como juiz do que é ou não democracia e liberdade.

É revoltante que a CIA, envolvida em crimes hediondos,

assassinatos e trapaças, agora se arvora em defensora dos bons costumes para, pretensamente, acabar com o tráfico de drogas. Aliás, o general Noriega, agora acusado de envolvimento no narcotráfico, antes de romper com os americanos, serviu, foi promovido e protegido pela CIA. Foi inclusive subordinado ao Sr. George Bush quando este ocupava a direção deste famigerado instrumento de agressão aos povos.

Atualmente já existem tropas americanas na Colômbia e na Venezuela com a mesma desculpa esfarrapada de combater o narcotráfico. Assiste-se na verdade a uma nova investida americana sobre a América Latina. A ocupação do Panamá é apenas a repetição, em escala ampliada, do que foi feito há poucos anos em Granada.

O Partido Comunista do Brasil sempre foi ardoroso defensor da independência e da liberdade. Combateu, em toda

a sua trajetória de 68 anos, as imposições americanas sobre nosso país, sobre a América Latina e qualquer tipo de interferência estrangeira nos assuntos internos dos países em todo o mundo. Em particular sempre denunciou o caráter agressivo e belicista do imperialismo norte-americano.

A invasão do Panamá ameaça a paz e a liberdade do continente latino-americano. O PCdoB conchama os trabalhadores e todos os homens e mulheres democratas a protestarem energeticamente contra esta ação criminoso. E a levantarem a voz exigindo a imediata retirada das forças de ocupação do Panamá.

ABAIXO O IMPERIALISMO!

TROPAS AMERICANAS FORA DO PANAMÁ!

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Dezembro de 1989

Comitê Central
Partido Comunista do Brasil

Rotina imperialista

Em 1964, quando os militares brasileiros prepararam e desencadearam (no dia 1º de abril) o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart, uma força-tarefa norte-americana estava pronta para invadir o país em favor dos políticos e militares reacionários responsáveis pelo golpe, conforme admitiu o embaixador dos EUA no Brasil de 1961 a 1966, Lincoln Gordon, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo". A entrevista, concedida em agosto de 1988, vale como lembrança do óbvio: as intervenções militares norte-americanas não são episódios acidentais na trajetória histórica do imperialismo ianque. Pelo contrário: São Domingos, em 1665, Granada em 1884, Nica-

rágua desde a revolução sandinista, El Salvador durante toda esta década, Panamá na véspera do Natal do ano passado, sem falar do Chile em 1973 e outros países da América Latina, ou do Vietnã etc., são provas sangrentas e incontestes de que o imperialismo não admite o direito de autodeterminação dos povos, sobrevive à base do neocolonialismo e intervém como e quando bem entende em outros países para assegurar o desenvolvimento "pacífico" e "democrático" de seus interesses — materializados na espoliação desenfreada dos povos. Trata-se de uma rotina imperialista que só pode ser detida e mudada por governos realmente comprometidos com a libertação nacional e popular.

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

A democracia que Sarney comemora

Rogério Lustosa*

José Sarney e os meios de comunicação apresentaram o pleito de 17 de dezembro como um exemplo de democracia. Foram, dizem, eleições limpas e honestas, onde a maioria expressou em liberdade suas preferências. Mas o exemplo revela a falsidade desta democracia.

Coro desafinado

O candidato das forças populares dispunha dos magros 20 minutos diários no rádio e na TV, no segundo turno — e dez no primeiro. O representante das elites contava, mesmo muito tempo antes do período oficial da campanha, com inequívoca preferência de praticamente todos os veículos de comunicação, em todas as oportunidades, o dia inteiro.

Nos comentários econômicos, Lula "fazia" o dólar subir e "provocava" a hiperinflação. Um seqüestro muito suspeito, coincidentemente às vésperas da eleição, mereceu extraordinária cobertura da imprensa. Soou o alarme: os bandidos eram "radicais de esquerda" e tinham materiais de propaganda do PT em seus "aparelhos".

O caso Lubeca, os depoimentos comprados de uma ex-namorada de Lula e inúmeras informações truncadas eram multiplicadas pela mídia, num coro bem orquestrado para criar ambiente de suspeita, desmoralização e pânico diante do "perigo vermelho".

Que igualdade

Roberto Marinho explicitou muito bem a "igualdade" burguesa ao defender que a imprensa não pode ficar neutra. Que "democraticamente" cada um toma sua posição. Acontece que uns, donos do capital, têm nas suas mãos poderosos meios de comunicação de massas. Falam para dezenas de milhões, 24 horas por dia, na televisão, no rádio, jor-

nais, revistas, livros, cinema, etc. Os outros, despossuídos, respondem com panfletos, comícios, nas portas das fábricas, nas praças, para um público incomparavelmente mais reduzido.

Mas a força do poder econômico vai mais longe. Enquanto a Frente Brasil Popular só no final do primeiro turno conseguiu, a duras penas, alugar um jatinho para o candidato. O falso caçador de Marajás chegou a movimentar 17 jatinhos em um único comício. E um acidente revelou que sua equipe circulava também de jatinhos.

Quando a pressão econômica falha, a propaganda não convence, eleitores rebeldes escapam dos currais eleitorais, a outra face do aparato dominante, as Forças Armadas, tratam de restabelecer a ordem.

Sucesso da frente

Por isto tudo, Marx comentava que a eleição é a oportunidade, de tempos em tempos, dos oprimidos decidirem qual o mandatário da classe opressora que vai representá-los e oprimi-los durante o próximo período. As regras eleitorais e o sistema político servem para garantir o poder dos poderosos e alijar os trabalhadores.

Foi enorme o sucesso da Frente Brasil Popular. No campo do adversário, com regras, juízes e bola da burguesia, Lula derrotou as elites no primeiro turno e chegou perto da vitória no segundo. Foi uma demonstração não das virtudes do sistema capitalista, mas da elevação do nível de consciência e de organização dos trabalhadores. Admirável foi a capacidade do povo enfrentar as falcaturas e manipulações da ditadura dos dominantes disfarçada em democracia.

A grande tarefa, que não se encerra com eleições, é demolir a máquina de opressão burguesa. É construir um novo tipo de democracia, onde a liberdade e os direitos dos trabalhadores sejam assegurados.

* da direção nacional do PCdoB

Em defesa do Partido m-1 (I)

Dynéas Aguiar*

A falência do revisionismo no Leste europeu resulta do caminho de restauração do capitalismo empreendido naqueles países, iniciado com a degeneração dos partidos que os conduziam. A partir deste número o secretário de organização nacional do PCdoB inicia uma série de artigos sobre o papel do partido comunista e a necessidade de reforçar seus laços com as massas.

O bloco revisionista entra em convulsão. Um a um os governos dos países da Europa Oriental vêm abaixo. Ascendem ao poder representantes da burguesia urbana e rural pretensamente com o propósito de restaurar a liberdade. Que liberdade? A dos explorados e oprimidos pelo capital contra os novos senhores criados pela política burguesa-revisionista?

Não. A "liberdade" que os novos governantes exigem é a de restabelecer em toda linha as relações capitalistas de produção. Extirpar qualquer resquício de socialismo. Enquadrar definitivamente esses países no campo capitalista-imperialista.

Não é por menos que a imprensa burguesa de todo mundo saúda com os mais rasgados elogios esses acontecimentos e tenta apresentá-los como sendo a pá de cal que faltava para "enterrar" de vez o marxismo-leninismo e o socialismo.

O Partido Comunista do Brasil desde sua reorganização tratou de comprovar cientificamente o rumo capitalista implantado por Krushev na URSS após o XX Congresso do PCUS e quais seriam as suas conseqüências para a revolução em escala mundial.

A vida comprovou a correção da nossa análise dos comunistas brasileiros e, sob esse ângulo, devemos entender que o terremoto que pôs abaixo os governos traidores do proletariado, seguidores do caminho capitalista, que foram impostos aos povos da Europa Oriental por Krushev e seus sucessores, abrirá uma nova etapa da luta do proletariado desses países. Inevitavelmente a classe operária se reorganizará e lutará pela reconstrução do socialismo numa escala superior, vacinada contra os erros cometidos que permitiram à burguesia reapossar-se do poder.

Os acontecimentos do Leste Europeu não são fatos isolados, têm significado mundial e devem ser estudados em profundidade em todos os seus aspectos, tanto objetivos como subjetivos, para que o movimento comunista avance na compreensão dos fenômenos que interferem no avanço e no recuo da luta pela conquista do socialismo.

A restauração do capitalismo a partir da União Soviética percorreu um caminho bem definido:

Começou pelo combate à ditadura do proletariado e ao socialismo de forma camuflada através dos ataques a Stálin, mas ainda "defendendo" a sociedade socialista.



Depois os revisionistas empreenderam mudanças na estrutura de produção iniciando pelo campo — para o restabelecimento gradativo das relações capitalistas, ainda falando da "modernização", em "formas superiores" para a construção do socialismo. Já nesse período avançavam ainda mais no ataque ao Estado da ditadura do proletariado introduzindo o conceito de Estado de todo o povo e iniciavam o processo de destruição do partido comunista, afirmando que não mais necessitava ser o partido do proletariado e passava a ser o partido de todo o povo.

Em nome da pretensa "coexistência pacífica" os revisionistas estabeleceram acordos com as potências imperialistas, em particular os Estados Unidos, criando um condomínio mundial sobre os povos e países, definindo as áreas de domínio exclusivo para cada um e as de "cooperação" ou exploração conjunta. Esse acordo implicava a abertura dos mercados soviéticos e do bloco oriental para as empresas multinacionais e a expansão das empresas soviéticas e de seu bloco no Ocidente.

O restabelecimento das relações capitalistas de produção, mesmo em escala reduzida, cria objetivamente uma nova burguesia rural e urbana e expande a pequena burguesia. As leis objetivas do processo da luta de classes impelem a burguesia e a pequena burguesia sob sua hegemonia à luta pela conquista do poder de forma clara e aberta. Para a reconquista do poder a burguesia tratou de derrubar os burocratas corrompidos e despóticos que haviam se instalado nos governos no processo de transição do socialismo ao capitalismo. Essa etapa está em processo de conclusão.

Inicia-se agora nova fase, a da reorganização política, da organização dos partidos burgueses e pequenos burgueses, da realização de "eleições livres" para a reimplantação da ditadura da burguesia e da completa consolidação do Estado burguês.

Para isso procuram privar o proletariado de seu principal instrumento da luta de classe — o seu partido. Concentram seu ataque ao partido. Escondem propositalmente que os partidos que existiam nesses países há muito deixaram de ser proletários, marxistas-leninistas. Que eram partidos revisi-

onistas dominados e dirigidos por traidores do socialismo, burocratas e exploradores do povo.

Esses ataques objetivam negar ao proletariado em escala mundial a necessidade de construir o seu partido, a sua vanguarda organizada, combativa, revolucionária, impedir que se consolide o seu estado maior que o conduza corretamente nas batalhas da luta de classes para a conquista do poder.

Nesta batalha, sem precedentes na luta da burguesia contra o proletariado, está mobilizada a mais potente máquina de propaganda em escala mundial e em cada país.

A luta é aberta e radical em todas as frentes: na teórica, ideológica e, particularmente, no terreno organizativo. A burguesia tem consciência de que para prolongar o seu domínio o fundamental é privar o proletariado de sua consciência de classe, da confiança no seu futuro, da compreensão de seu papel histórico de construtor da nova sociedade, a sociedade sem explorados e exploradores, a sociedade socialista e comunista.

Mas o partido proletário é uma necessidade histórica. Pode ser golpeado aqui ou ali ser parcialmente destruído pelos métodos fascistas de repressão ou pela traição de seus dirigentes. No entanto, sempre ressurgirá. Essa tem sido a nossa história desde 1848, quando Marx e Engels lançaram os fundamentos do Partido com a publicação do Manifesto Comunista.

A defesa do partido, sua consolidação ideológica e orgânica é hoje o aspecto central de nossa luta. O nosso Partido — o Partido Comunista do Brasil — que sempre viveu nas mais difíceis condições e sempre soube encontrar respostas corretas tanto no campo teórico como político e organizativo, está chamado a enfrentar com todo o vigor mais este desafio.

Precisamos estudar, tendo por base a doutrina marxista-leninista, toda a trajetória da traição revisionista contemporânea em escala internacional e nacional para extrairmos as lições que nos capacitam a desmascarar em todos os terrenos a sua ação nefanda, armando nossos dirigentes e militantes para as futuras batalhas e capacitando-os para a conquista de novas vitórias.

* da direção nacional do PCdoB

Cinema de aparências esconde luta de classes

Clóves Geraldo*

De repente foi como se o clima melancólico e intimista dos filmes do cineasta italiano Michelangelo Antonioni retornasse nos anos 80. Os filmes representativos da década foram pessimistas e trilharam pelo caminho do niilismo, individualismo e isolamento, símbolo de uma década em que as aparências e os simulacros predominaram. Nem tudo que brilhou na mídia correspondia ao conteúdo. Só no final, apareceram com sua identidade real: os EUA perderam o bonde da tecnologia para o Japão, o Leste europeu mostrou que nada o sustentava, e os países subdesenvolvidos continuaram a brigar por uma soberania que só é possível com independência política-econômica.

Mas o que o cinema dos anos 80 tem a ver com isto? Tudo. Ele não é mais do que o reflexo deste quadro. Se o cinema de Antonioni discutia a crise de identidade da burguesia italiana no período do pós-guerra, devido à sustentação que deu ao fascismo, o dos "jovens" cineastas expõe os dilemas da classe média ante a impossibilidade dela desfrutar dos benefícios do poder, razão última de um sistema cujo objetivo é tê-la exatamente como modelo.

Nunca se falou tanto nisto. O Japão tenta impor esta visão do nivelamento pela média. E a maioria social - democrata acredita que diante da crise do revisionismo talvez seja este o caminho. É mais uma aparência. Tentam-se erigir modelos como o do **yuppie**, que naufragou com o **crack** da Bolsa de Nova York, em 1987, levando junto os sonhos de milhares de pequenos e médios poupadores americanos. Em "Nove e Meia Semanas de Amor" (1985), Adrian Lyne põe Mickey-Rourke num conflito entre a felicidade e as ações na bolsa. É o vazio total.

**Amar ficou difícil:
Consumo é prazer**

John (Rourke) é **yuppie**. Em sua vida o prazer cedeu espaço

ao consumo. Este é agora seu objetivo de prazer. Isto se reflete na relação sado-masoquista que mantém com sua namorada Elizabeth (Kim Basinger). No uso de creme, mel, morango, que a faz consumir, encontra a excitação. Ele quer seduzi-la e nesta busca está seu modo de existir. É tudo um comercial de TV; rápido, direto para surtir efeito. Só que as relações amorosas precisam ser duradouras para surtirem efeitos e apresentarem suas fraturas para serem remendadas, ultrapassadas e substituídas.

As relações entre eles evoluem sem apresentar perspectivas. Ela quer manter sua independência, enquanto ele para satisfazer-se precisa submetê-la. É o jogo entre o oprimido e o opressor. Se as posições se invertem acaba a relação. Estas situações incomodam. E os dois amantes, quando juntos, deixam ver amplos claros entre ambos. Tudo é transtorno.

Sem contato com a produção: morte

No final, quando ela parte, restam-lhe as lágrimas, o sentido da perda. Então, ele desperta. A idéia do consumidor cedeu ao humanismo: o produto uma vez consumido sacia a vontade e logo é substituído por outro: já nas relações amorosas o sentimento penetra fundo demais para escapar com uma simples posse. É o que se vê também em "Betty Blue" (1987), de Jean Jacques Beineix. Zorg (Jean Hughes Angland) apaixonou-se por Betty (Beatrice Dalle) e passa o tempo todo em crise. Ela quer ser independente e incentiva-o a continuar a escrever um romance. É sua forma de se projetar para satisfazer suas aspirações e livrar-se do isolamento em que vive.

Mas, a exemplo de Lyne, Beineix não vê saída nesta relação. Tem a mesma visão do autor do romance, Philippe Di-



Kim Basinger, de "9 e 1/2 Semanas"

jan, no qual baseou seu filme. Zorg e Betty se vêem perseguidos pelo senhorio, põem fogo na moradia e são obrigados a fugir. A liberdade aqui é retratada pela busca de espaço de existência, uma afirmação banal. Os dois estão ligados a nada, nem à produção nem à ambição: existem e é só. O produto agora é francês. E a França tem suas pretensões. Permanece imperial e colonialista. Eles são frutos desta situação e lutam sem saber para livrar-se dela. Não criam alternativas.

Se estes personagens são produto de uma época, quem os trabalha melhor é Wim Wenders, o maior criador em 80, deste cinema do silêncio e do vazio. Em seus filmes as

pessoas saem à procura de algo que não sabem bem o quê. Em "Alice nas Cidades" (1973), o fotógrafo Philip Winter (Rudiger Vogler) desencontra-se em Nova York, vai para Berlim, passando de cidade em cidade, mudando de trens, visitando gente e enredando-se em descaminhos. Afinal, o que ele procura? Nem mesmo Travis (Harry Dean Stanton) em "Paris, Texas" (1984), sabe. Eles perderam o contato com o trabalho; em suma, com a transformação das coisas, alienaram-se do produto." (...) Perdi a capacidade de ver e ouvir, diz Ninter, num diálogo com sua amiga Edda, na frase síntese desses tempos de derrocada de valores ("Olhos Não se Compram", de Peter Buchka — Companhia de Letras, pág. 82).

**Alienação do produto
leva à esquizofrenia**

Travis volta para Paris, cidade texana, para encontrar o irmão Walt (Dean Stockwell) depois de muitos anos. Tem um filho, Hunter (Hunter Carson), e uma mulher, Jane (Nastassja Kinski). Debate-se para se entender, para aceitar a nova situação. Não compreende por que partiu e tampouco por que voltou. Vai tentando recompor as relações. Às vezes anda pelo deserto, conversa sussurrando com o filho e a mulher. Pouco se comunica. Sente-se culpado. (...) "Trata-se da culpa real, — analisa Buchka — que não esconde seu sentido patético; na culpa moral religiosa até, uma culpa a ser expiada" (obra cit. pág. 137).

É bem o escritor Giovanni Pontano (Marcelo Mastroianni), num contexto adverso, em "A Noite" (1960), de Antonioni: ele vai ao hospital visitar o amigo doente e se vê diante de um quadro devasta-



A desnorçada pequena-burguesia durante a "Primavera de Praga" mostra sua face em "A Insustentável Leveza"



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



dor. Foge à realidade. Perambula pelas salas, encontra uma enfermeira desnordeada, que tenta seduzi-lo, encontra Lidia (Jeanne Moreau), sua mulher, deixa o local atordoado e termina numa festa, onde o tédio predomina. Os seres humanos circulam e circulam e não se vêem.

É uma perfeita ligação de duas escolas cinematográficas, configuradas no espírito niilista, sado-masoquista e individualista dos anos 80, embora o neo-realismo tivesse propostas de discussão da sociedade italiana e não se perdesse apenas em angústias mal resolvidas. Dos cineastas do simulacro, Wim Wenders é o que foi mais longe. Suas influências vieram de Ozu, o cineasta japonês que embrenhou pela alma de seu povo nos anos 50. "Ozu — explica Wenders — sempre mostrou como o mundo muda, como uma escrita americana entrava nas imagens japonesas." ("Hollywood Entrevistas", Michel Ciment, pág. 339. Editora Brasiliense).

Ambos são produto de duas nações que tentaram dominar o mundo através de uma das degenerescências capitalistas, o fascismo, e acabaram ocupadas. Os EUA chegaram a criar a Constituição japonesa, em vigor até hoje. Não é à toa que Wenders rende uma homenagem a Ozu em "Tokyo-Ga" (1985). Lá estão os caracteres luminosos, a escrita ideográfica, a desenfreada competição, o individualismo, a arquitetura que privilegia a quase ausência de móveis. Enfim, tudo que é consumido hoje no mundo ocidental, a partir da invasão dos produtos-padrão da sociedade-consumista japonesa.

Ideogramas, simulacros, replicantes, é o futuro

Esta simbologia está reunida num único filme, eleito pela crítica como o melhor dos anos 80: "Blade Runner, o Caçador de Andróides" (1982), de Ridley Scott. Centrado num dos clássicos da ficção-científica, escrito por Philippe K. Dick, ele tem tudo aquilo que os demais diretores, por ironia, falaram no tempo presente e Scott projetou para o futuro. Ali estão os simulacros humanos, os repli-

cantes, a tv panorâmica, os megacondomínios, a superpopulação, a babel racial, o consumismo e as espaçonaves alternativas. A ação se passa no ano 2020. Os seres humanos agora migram para outros planetas e a terra é palco da desintegração de um sistema que se imagina capitalista.

O clima de **film-noir** — invenção do tempo da guerra fria, em que a trama refletia a obscuridade da época — cria o ambiente opressivo necessário à história. Mas ao contrário daqueles filmes, "Blade Runner" trata do existir, da necessidade de os replicantes encontrarem seu criador para prolongar suas vidas. Frutos da engenharia genética, a ciência predominante no século XXI, eles têm apenas seis anos de vida. Foram criados para executar tarefas proibidas aos seres humanos em outros planetas, mas têm sentimentos. Porém sua existência põe em risco a população do planeta e a própria sobrevivência da terra, numa visão malthusiana, pós-controle da natalidade.

A angústia de Pris (Darryl Hannah) e Roy Batty (Rutger Hauer) é ainda a chave para o entendimento da exploração das camadas exploradas: o poder dominante dita as normas e o tempo da vida. Não é diferente do que vivemos. O sistema que precisa desta opção gera o terror. Os replicantes Pris e Roy ao buscar a vida colocam em risco o "Estado". Este tem o caçador de andróides para eliminá-los. A perseguição se estabelece. Entretanto, milhares deles ocupam posições e confundem-se com os humanos. Rick Decard (Harrison Ford), embora saiba as características dos "marginais", apaixonou-se por uma funcionária (Sean Young), que vem a saber depois ser uma replicante. O jogo de espelhos não deixa à mostra a realidade e as sombras. Acabou o limite entre o real e o simulacro.

Sustentável peso da busca possível

Aparências são as marcas registradas dessas obras. Mesmo que não sejam visíveis. Elas podem ser também aquilo que não se quer ver, numa traição à ciência que ensina a se constatar os fatos. Philip



Os andróides. "Blade Runner" mostra um mundo sombrio e confuso

Kaufmann em "A Insustentável Leveza do Ser" (1988), conta a história, a partir do romance de Milan Kundera, de três tchecos que defrontam-se com a podridão revisionista durante e após a "Primavera de Praga". Falam constantemente em "liberdade". Eles, a enfermeira (Juliete Binoche), a artista plástica (Lena Olim) e o médico (Daniel Day-Lewis), procuram fugir de uma realidade que é apenas aparente.

Sob o ângulo da dissimulação, confundia-se revisionismo com socialismo, com o sistema se prestando a este jogo. Sustentava-se, em princípio, nos funcionários, nos intelectuais, nos proprietários rurais

e nos administradores de empresas, escapando à identificação de classe. Enquanto isso formava-se uma pequena burguesia e montava-se uma infra-estrutura capitalista. Também um simulacro. E sob as pressões dessa camada, do imperialismo de vários matizes, incluso o soviético, via Gorbachev, aquela realidade modificou-se 21 anos depois, fazendo desmoronar, como um castelo de cartas, o simulacro de sistema. Thomás, o médico, entende isto, mas o faz ao modo daqueles que acham que o liberalismo-burguês é a saída.

Os três acabam isolados, entregues ao descaminho, de forma trágica. É uma completa

ausência de perspectivas imposta aos personagens dos filmes aqui comentados. Eles tentam transferir para a tela os dilemas das camadas médias na década passada, não avançam para os segmentos populares. Não é um cinema revolucionário. Nem se pretende ser. Ao contrário de Antonioni, esses diretores e roteiristas não verificam in loco as condições que geraram aqueles comportamentos. Antonioni o faz em "Deserto Rosso" (1964), colocando Conrado (Richard Harris) em choque com a estrutura industrial italiana e o subproduto dela brotado. Sua visão do ponto de vista marxista expunha a situação de maneira explícita deixando ver onde estavam as fraturas. "O que me interessa, agora — comenta Antonioni — é colocar o personagem em contato com as coisas, porque são as coisas, os objetivos, a matéria que têm pés hoje em dia." ("Filme Cultura", INC, 1968, pág. 18).

Esta geração de criadores fica na espuma. Ela nem sempre retrata o existente embaixo. Pode ser que sob ela estejam águas revoltas advindas de uma enchente que inundará todo o vale. "Nós vivemos hoje — diz Antonioni — numa época de extrema instabilidade, política, moral, social e mesmo física. O mundo é instável ao nosso redor e em nós mesmos." Em suma não se deve fazer coro ao espírito das aparências e simulacros da década de 80, sob pena de se acreditar que a história acabou (e isto é só dissimulação).

*Jornalista e crítico de cinema

A embriaguês da paixão à vida

Nádia Timm*

A escritora Hilda Hilst lançou recentemente apenas dois mil exemplares do pequeno livro de poemas denominado "Alcoólicas", pela casa Maison de Vins, impresso numa oficina gráfica de Passa Quatro-MG.

Hilda Hilst é considerada pela crítica como a sucessora de Guimarães Rosa, "a mais extrema, mais audaz, a mais decisiva explosão literária no Brasil". Jorge Coli, do jornal "Le Monde", garante tratar-se da perfeição da escritura literária no mundo contemporâneo.

Apesar dos aplausos da crítica especializada, Hilda Hilst, infelizmente, é uma desconhecida para o grande público. Nem sempre as editoras brasileiras privilegiam a ousadia, deixando o talento desta escritora que cultiva a poesia lírica, a prosa narrativa e a dramaturgia praticamente ignorado pela produção cultural nacional.

Hilda, aos 59 anos, está longe dos apelos fáceis dos modismos. Em solidão e silêncio vi-

ve em num pequeno sítio próximo a Campinas, São Paulo. Desde 67 integra o "Programa do Artista Residente", na Unicamp. Sua obra está constituída por 14 livros de poesia, oito de teatro (inéditos) e cinco de ficção. Em 1969 ganhou o Prêmio Anchieta, por sua peça teatral "Verdugo", uma das oito que escreveu entre 1967 e 1968. Elas permanecem inéditas até hoje, tendo sido montadas apenas por grupos amadores e pela Escola de Arte Dramática nos anos 70. Em 1984 recebeu o Prêmio Jabuti, na

Câmara Brasileira do Livro, pelo volume de poesias "Cantares de Perda e Predileção".

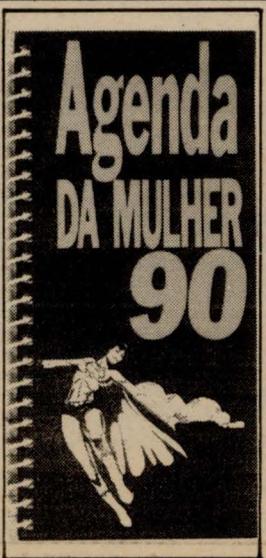
Nos últimos anos destacamos os lançamentos, pela Brasiliense, das novelas "Com meus Olhos de Cão" e, pela Massao Ohno, "A Obscena Senhora D", além dos poemas de "Amavisse", também pela Massao Ohno. A seguir transcrevemos alguns trechos de "Alcoólicas", o mais recente lançamento de Hilda Hilst.

*Jornalista

Te amo, Vida, líquida esteira onde me deito
Romã, baba alcaçuz, teu trançado rosado
Salpicado de negro de doçuras e iras.
Te amo, Líquida, descendo escorrida
Pela víscera, e assim esquecendo
Fome:
País
O riso solto
A dentadura etérea
Bola
Miséria
Bebendo, Vida, invento casa, comida
e um Mais que se agiganta, um Mas
Conquistando, um fulcro potente na garganta
Um látigo, uma chama, um canto. Amã-me.
Embriagando, Maurício, o CDM
Quando não sou líquida.

Agenda 1990

A revista "Presença da Mulher" e a União Brasileira de Mulheres acabam de lançar a "Agenda da Mulher 90". Além de espaço para anotações de compromissos e telefones, ela contém textos sobre a condição feminina, poesias e ilustrações. Custa apenas NCz\$ 50,00, e pode ser encomendada à Editora Liberdade Mulher, Rua dos Bororos, 51 1º andar, S. Paulo — CEP 01320; ou pelo telefone (011) 278-3220.



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Há um século, no dia 11 de janeiro de 1890, nascia em São Paulo Oswald de Andrade. Um dos maiores representantes do Modernismo, movimento que agitou a vida cultural brasileira a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, Oswald destacou-se como jornalista, crítico, poeta, romancista e autor teatral. Dono de um estilo cortante, satírico, demolidor de valores, iconoclasta, jogou papel de vanguarda, tanto quanto Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfati, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Sérgio Milliet, Paulo Prado, Patrícia Galvão (Pagu), no revolucionamento estético da literatura e das artes no Brasil. A "Revista de Antropofagia", por ele criada, o "Manifesto da Poesia Pau-Brasil", que aqui reproduzimos na íntegra, o livro de poemas "Pau-Brasil", "Memórias Sentimentais de João Miramar", "Serafim Ponte Grande", "Estrela de Absinto" e "O Rei da Vela", entre tantas outras, são obras de Oswald de Andrade que moldaram a literatura brasileira do século XX. Sua contribuição foi o tenaz combate à postura "erudita" de inspiração européia e a valorização da fala popular como veículo de expressão artística.

Oswald de Andrade

Poeta Pau-Brasil

O Cabralismo. A civilização dos donatários. A Querência e a Exportação.

O Carnaval. O Sertão e a Favela. Pau-Brasil. Bárbaro e nosso.

A formação étnica rica. A riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança.

Toda a história da Penetração e a história comercial da América. Pau-Brasil.

Conta a fatalidade do primeiro branco aportado e dominando diplomaticamente as selvas selvagens. Citando Virgílio para tupiniquins. O bacharel.

País de dores anônimas. De doutores anônimos. Sociedade de naufragos eruditos. Onde a nunca exportação de poesia. A poesia emaranhada na cultura. Nos cipós das metrificações.

Século XX. Um estouro nos aprendimentos. Os homens que sabiam tudo se deformaram como babéia de borracha. Rebutaram de enciclopedismo.

A poesia para os poetas. Alegria da ignorância que descobre. Pedr'Álvares. Uma sugestão de Blaise Cendrars: — Tendes as locomotivas cheias, ides partir. Um negro gira a manivela do desvio rotativo em que estais. O menor descuido vos fará partir na direção oposta ao vosso destino.

Contra o gabinetismo, a palmilhação dos climas.

A língua sem arcos. Sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros.

Passara-se do naturalismo à pirogravura doméstica e à kodak excursionista.

Todas as meninas prendadas. Virtuoses de piano de manivela.

As procissões saíram de bojo das fábricas. Foi preciso desmanchar. A deformação através do impressionismo e do símbolo. O lirismo em folha. A apresentação dos materiais.

A coincidência da primeira construção brasileira no movimento de reconstrução geral. Poesia Pau-Brasil.

Contra a argúcia naturalista, a síntese. Contra a cópia, a invenção e a surpresa.

Uma perspectiva de outra ordem que o visual. O correspondente ao milagre físico em arte. Estrelas fechadas nos negativos fotográficos.

E a sábia preguiça. A reza. A energia silenciosa. A hospitalidade.

Bárbaros, pitorescos e crédulos. Pau-Brasil. A floresta e a escola. A cozinha, o minério e a dança. A vegetação Pau-Brasil.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois